



INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

**Impacto da Dívida Pública Externa no Crescimento Económico da Guiné-Bissau  
1975 - 2021**

Durviano José da Costa

Mestrado em Economia Monetária e Financeira

Orientador(a): Doutor Sérgio Miguel Chilra Lagoa,  
Professor Associado com Agregação, ISCTE - IUL – Instituto Universitário de  
Lisboa

Outubro, 2025



CIÉNCIAS SOCIAIS  
E HUMANAS

---

Departamento de Economia Política

Impacto da Dívida Pública Externa no Crescimento Económico da Guiné-Bissau  
1975 - 2021

Durviano José da Costa

Mestrado em Economia Monetária e Financeira

Orientador(a): Doutor Sérgio Miguel Chilra Lagoa,  
Professor Associado com Agregação, ISCTE - IUL – Instituto Universitário de  
Lisboa

Outubro, 2025

Dedico esta dissertação *In Memoriam* do meu pai *JOSÉ DA COSTA*

## **Agradecimento**

A Deus, criador de todas as coisas, pela vida, pela sabedoria e pela força concedidas ao longo desta jornada.

À minha família, em especial à minha esposa **Francisca Cornélio Mendes**, aos meus irmãos(ãs), primos(as) e sobrinhos(as), pela confiança depositada, pelo apoio moral e financeiro e pela compreensão demonstrada em todos os momentos desta caminhada. Nenhum agradecimento seria suficiente para expressar minha gratidão por tudo o que fizeram por mim. Ao **Professor Dr. Sérgio Miguel Chilra Lagoa**, pela competência na transmissão do conhecimento, pelo caráter inspirador e pela excelente orientação prestada durante a elaboração desta dissertação.

Ao **Professor Dr. Diptes C. P. Bimjee**, pela gentileza, disponibilidade e pelos valiosos conselhos e incentivos ao longo deste percurso acadêmico.

Aos colegas e amigos de jornada acadêmica — **Nonó Romente Damecu, Marcelo Gomes, Samora Gomes Có, Engrácia, Nataniel Sanhá, Sana Eteki M'Boumena Mané, Gilberto Vamain, Zecarias Gervambe e Maurício Bumba** —, pela amizade, companheirismo e partilha de experiências que tornaram esta caminhada mais leve e enriquecedora.

Por fim, agradeço a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a concretização deste grande sonho.

## **Resumo**

O estudo analisa o impacto da dívida pública externa no crescimento económico da Guiné-Bissau entre 1975 e 2021. A economia guineense apresenta forte dependência do setor primário, especialmente da exportação da castanha de caju, responsável por mais de 90% das exportações nacionais. Essa dependência torna o país vulnerável a choques externos e instabilidades políticas, que afetam diretamente o PIB. Os financiamentos externos recebidos foram, em grande parte, mal geridos e desviados para fins não produtivos, beneficiando a burocracia estatal e comprometendo os investimentos nos setores estratégicos. Isso resultou em inflação, desvalorização cambial, baixa competitividade e dificuldades na balança comercial. A análise evidencia que a correlação negativa entre dívida externa e crescimento económico não implica necessariamente causalidade, podendo o baixo crescimento ser o fator que leva ao aumento do endividamento. Os resultados econométricos (modelo VAR) indicam que as variações na dívida pública externa não exercem influência significativa nem duradoura sobre o PIB (segundo a FIR e a causalidade à Granger), existindo, no entanto, alguma evidência de um efeito negativo sobre as exportações e de uma causalidade instantânea negativa da dívida pública sobre o PIB. Conclui-se que o impacto negativo da dívida pública externa decorre, sobretudo, do fraco dinamismo económico e da instabilidade política e institucional crónica do país.

**Palavras-Chave:** Crescimento Económico; PIB; Guiné-Bissau; Dívida Pública.

**Classificação JEL:** O40, O55, H63, E62, O11.

## **Abstract**

The study analyzes the impact of external public debt on the economic growth of Guinea-Bissau between 1975 and 2021. The Guinean economy shows a strong dependence on the primary sector, especially on cashew nut exports, which account for more than 90% of the country's total exports. This dependence makes the country vulnerable to external shocks and political instability, which directly affect GDP. External financing received was largely mismanaged and diverted to non-productive purposes, benefiting state bureaucracy and undermining investments in strategic sectors. This has resulted in inflation, currency depreciation, low competitiveness, and trade balance difficulties. The analysis highlights that the negative correlation between external debt and economic growth does not necessarily imply causality; rather, low growth may be the factor leading to increased indebtedness. Econometric results (VAR model) indicate that variations in external public debt have no significant or lasting influence on GDP. It is concluded that the negative impact of external public debt stems mainly from the country's weak economic dynamism and chronic political and institutional instability.

**Keywords:** Economic Growth; GDP; Guinea-Bissau; Public Debt.

**JEL Classification:** O40, O55, H63, E62, O11.

## ÍNDICE GERAL

<b>Agradecimento.....</b>	<b>iii</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>v</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>vi</b>
<b>Índice de quadros .....</b>	<b>xii</b>
<b>Índice de tabelas .....</b>	<b>xiv</b>
<b>Glossário de siglas .....</b>	<b>xv</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I: REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>7</b>
1.1    Conceitos Chaves .....	7
1.1.1    Dívida Pública e Fatores Determinantes .....	7
1.1.2    Dívida Pública.....	7
1.1.3    Dívida Pública Interna.....	7
1.1.4    Dívida Pública Externa.....	7
1.1.5    Exportação.....	8
1.2    Consequências da Dívida Pública Externa.....	8
1.3    Impacto da Dívida Pública no Crescimento Económico.....	9
2.3.1. Revisão de Modelos Empíricos e Resultados .....	9
1.4    Conclusão .....	14
<b>2    Capítulo II: DESCRIÇÃO DE VARIÁVEIS .....</b>	<b>15</b>
2.1    Produto Interno Bruto (PIB) e Stock da Dívida Pública Externa.....	15
2.2    Exportações .....	17
<b>3    Capítulo III: METODOLOGIA.....</b>	<b>19</b>
3.1    Metodologias Usadas .....	19
3.2    Escolha do Modelo.....	20
3.3    Hipóteses .....	20
<b>4    Capítulo IV: RESULTADOS EMPÍRICOS .....</b>	<b>21</b>
4.1    Teste de raiz unitária Augmented Dickey- Fuller (ADF) .....	21
4.1.1    Testo de raiz unitária Augmented Dickey- Fuller (ADF), Estacionariedade em Níveis.....	21
4.1.2    Testo de raiz unitária Augmented Dickey- Fuller (ADF), Estacionariedade em diferenças .....	22

4.2	Critérios de Seleção de Lags Ótimos .....	22
4.3	Estimação de VAR com Variáveis em Diferenças.....	23
4.3.1	Resultados da equação do VAR para variação do PIB em logaritmos LPIB_diff.....	24
4.3.2	Resultados da equação do VAR para variação de estoque da dívida pública externa (STOCK_diff1.11).....	25
4.3.3	Resultados da equação do VAR para variação das exportações.....	25
4.4	Matriz de Correlação de Resíduos .....	26
4.5	Diagnóstico do Modelo .....	27
4.5.1	Teste Portmanteau (autocorrelação) .....	28
4.5.2	Teste Jarque Bera (JB).....	28
4.5.3	Teste ARCH (heterocedasticidade) .....	29
4.6	Teste de Causalidade de Granger .....	29
4.6.1	Causalidade de Granger do PIB .....	29
4.6.2	Teste de Causalidade de Granger .....	29
4.6.3	Teste de Causalidade Instantânea (contemporânea).....	30
4.6.4	Causalidade de Granger da Dívida Pública Externa (STOCK).....	30
4.6.5	Teste de Causalidade de Granger .....	30
4.6.6	Teste de Causalidade Instantânea (contemporânea).....	30
4.6.7	Causalidade de Granger das Exportações .....	30
4.6.8	Teste de Causalidade de Granger .....	31
4.6.9	Teste de Causalidade Instantânea (contemporânea).....	31
4.7	Impulso a Resposta.....	31
4.7.1	Função de Impulso-Resposta PIB a Choques na Dívida Pública Externa (Stock).....	31
4.7.2	Função de Impulso-Resposta das Exportações a Choques na Dívida Pública Externa (Stock).....	32
4.7.3	Função de Impulso-Resposta do PIB a Choques nas Exportações .....	33
4.7.4	Função de Impulso-Resposta nas Exportações a um Choque no Estoque da Dívida Pública Externa (Stock).....	33
4.7.5	Função de Impulso-Resposta da Dívida Pública Externa (STOCK) a choques no PIB.....	34
4.7.6	Função de Impulso-Resposta do PIB a Choques nas Exportações .....	35
4.8	Decomposição da Variância do Erro de Previsão (FEVD – Forecast Error Variance Decomposition) .....	36

<b>5 Capítulo V: DISCUSSÕES E COMPARAÇÃO DE RESULTADOS .....</b>	<b>37</b>
5.1    Discussões de Resultados.....	37
5.2    Comparação de Resultados .....	38
<b>6 Capítulo VI: CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>39</b>
6.1    Considerações Finais.....	39
6.2    Recomendações .....	41
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>42</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>44</b>
Anexo A- Testes de Estacionariedade das Variáveis em Níveis.....	44
Anexo B- Testes de Estacionariedade das Variáveis em Primeira diferença.....	45
Anexo C. Causalidade das Variaveis .....	46

## **Índice de quadros**

<b>Quadro 0.1:</b> Stock da dívida pública externa por credor, 2014 a 2018 (em milhões de USD)	2
<b>Quadro 4.1:</b> Resultados de Teste de Raiz Unitária (ADF) em Nível .....	21
<b>Quadro 4.2:</b> Resultados do Teste de Raiz Unitária (ADF) em Primeira Diferença .....	22
<b>Quadro 4.3:</b> Teste de autocorrelação .....	28
<b>Quadro 4.4:</b> Teste JB .....	28
<b>Quadro 4.5:</b> Teste de Heterocedasticidade .....	29

## Índice de gráficos

<b>Gráfico 2.1:</b> Evolução do PIB da Guiné-Bissau em variação % entre 1975 a 2021.....	15
<b>Gráfico 2.2:</b> Evolução de Stock da Dívida Pública Externa 1975 a 2021 (% do PIB). .....	16
<b>Gráfico 2.3:</b> Evolução das Exportações da Guiné-Bissau em % PIB entre 1975 a 2021 .....	18
<b>Gráfico 4.1:</b> Teste resíduos recursivos acumulados ao longo do tempo (OLS- CUSUM) ...	27
<b>Gráfico 4.2:</b> O impulso à resposta de STOCK sobre PIB .....	32
<b>Gráfico 4.3:</b> Efeito de Choques na Dívida Pública Externa sobre as Exportações .....	32
<b>Gráfico 4.4:</b> Efeito de Choques das Exportações sobre o PIB .....	33
<b>Gráfico 4.5:</b> Efeito de Choques nas Exportações sobre a Dívida Pública Externa (Stock) ..	34
<b>Gráfico 4.6:</b> Efeito de Choques do PIB sobre a Dívida Pública Externa (Stock) .....	35
<b>Gráfico 4.7:</b> Efeito de Choques do PIB sobre as Exportações .....	35
<b>Gráfico 4.8:</b> Decomposição da Variância do Erro de Previsão .....	36

## Índice de tabelas

<b>Tabela 4.1:</b> de Critério de Informação para Seleção de Defasagens (Lags). ....	23
<b>Tabela 4.2:</b> Resultados de Estimação VAR .....	23
<b>Tabela 4.3:</b> Resultados de estimação da equação do LPIB_diff.....	24
<b>Tabela 4.4:</b> Estimação de resultado da equação STOCK_diff1.....	25
<b>Tabela 4.5:</b> Estimação de resultado da equação das exportações. ....	26
<b>Tabela 4.6:</b> Matriz de Correlação de Resíduos .....	27

## **Glossário de siglas**

ADF - Augmented Dickey- Fuller

ANP Assembleia Nacional Popular

APA - American Psychological Association

ARCH - Autoregressive Conditional Heteroskedasticity

BM -Banco Mundial

BOAD - Banco de Desenvolvimento da África Ocidental

BOAD - Banco de Desenvolvimento da África Ocidental

CEDEAO- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CFA- Comunidade Financeira Africana

CUSUM - Cumulative Sum Of Recursive Residuals

EXPORT\_diff – Exportações em Diferença

FEVD – Forecast Error Variance Decomposition

FIR - Orthogonal Impulse Response Function

FMI- Fundo Monetário Internacional

FPE - Erro Final de Previsão

$H_0$  - Hipótese Nula

$H_1$ - Hipótese 1

$H_2$ - Hipótese 2

HQ - Hannan-Quinn

IDE -Investimento Direto Estrangeiro

INE - Instituto Nacional de Estatística

JB -Jarque Bera

LPIB\_diff- Logaritmo de Produto Interno Bruto em Diferença

OGE - Orçamento Geral do Estado

OLS - Ordinary Least Squares

ONU- Organizações da Nações Unidas

PAE - Programa de Ajustamento Estrutural

PIB- Produto Interno Bruto

PRS - Partido da Renovação Social

PTF- Produtividade Total dos Fatores

STOCK\_diff- Stock em Diferença

UEMOA - Monetária da África Ocidental

UEMOA- União Económica e Monetária da Africana Ocidental

VAR -Vetores Auto-Regressivos

## **Introdução**

Um dos principais objetivos de qualquer país é alcançar um nível de crescimento e desenvolvimento económico sustentável, que permita à nação gerar riqueza de forma eficaz, de modo a satisfazer as necessidades e aspirações da sua população. Para que tal se concretize, é essencial a implementação de estratégias e políticas governamentais adequadas.

Verifica-se, contudo, que os países menos desenvolvidos enfrentam diversas dificuldades, nomeadamente instabilidades políticas, económicas e sociais, as quais afetam negativamente a produtividade em vários sectores da economia. Como consequência, observa-se frequentemente uma escassez de capital no Orçamento Geral do Estado (OGE), o que leva à necessidade de contrair empréstimos, internos ou externos, para cobrir as despesas públicas.

O objetivo deste trabalho é analisar o impacto da dívida pública externa no crescimento económico da Guiné-Bissau no período compreendido entre 1975 a 2021. Constatata-se que a economia guineense apresenta uma elevada dependência do sector primário na composição do Produto Interno Bruto (PIB), sendo que a exportação de castanha de caju representa mais de 90% do total das exportações do país. Assim, qualquer diminuição na produção deste produto ou queda do seu preço — motivada, por exemplo, por crises políticas — tem implicações diretas na redução do PIB.

Contudo, o conflito militar de 1998 provocou um significativo desequilíbrio macroeconómico, resultando na destruição de infraestruturas e em perdas humanas consideráveis. No período pós-guerra civil, para fazer face às crescentes despesas, o Estado recorreu ao apoio de parceiros financeiros internacionais, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD). Este último, enquanto instituição financeira criada no âmbito da União Económica e Monetária da Africana Ocidental (UEMOA), dispõe de autonomia para conceder financiamentos aos países membros em situações de necessidade. Perante este contexto, tornou-se imperativo para a Guiné-Bissau recorrer a empréstimos externos.

A relação entre a dívida pública e o crescimento económico tem-se afirmado como um tema de grande relevância nos estudos económicos contemporâneos. De acordo com diversas análises, esta crescente atenção deve-se, em grande parte, ao aumento significativo da proporção da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) em muitos países, fenómeno que se intensificou na sequência da crise económica e financeira de 2008.

A Guiné-Bissau é considerada um dos países mais pobres do mundo, apresentando um baixo nível de rendimento per capita. Face ao exposto, coloca-se a seguinte questão de investigação: **Qual tem sido o impacto da dívida pública no crescimento económico da Guiné-Bissau no período de 1975 a 2021?**

O trabalho justifica-se que a Guiné-Bissau enfrenta uma prolongada instabilidade política, marcada por disputas de poder entre as elites políticas e frequentes intervenções das forças armadas na esfera governativa. As fragilidades institucionais do Estado têm contribuído para sucessivas crises políticas e económicas, dada a incapacidade em exercer um controlo efetivo sobre o funcionamento das entidades públicas e privadas.

A forte dependência financeira de parceiros internacionais resulta, em grande medida, da insuficiência na arrecadação de receitas internas, associada à falta de rigor e transparência na gestão das finanças públicas e noutras instituições estatais. Esta conjuntura tem fomentado um elevado nível de corrupção no aparelho do Estado.

Adicionalmente, a Guiné-Bissau é classificada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como um país de elevado risco, o que tem contribuído para o reduzido volume de investimento direto estrangeiro no país.

A atual dívida pública da Guiné-Bissau resulta do acumulado de défices primários registados ao longo dos anos, acrescidos dos respetivos encargos com juros. De acordo com dados do Ministério da Economia e Finanças, apresentados no Boletim Estatístico da Dívida Pública referente ao período de 2014 a 2018, o saldo do stock da dívida pública por credor, expresso em milhões de dólares, encontra-se representado na figura seguinte.

**Quadro 0.1:** Stock da dívida pública externa por credor, 2014 a 2018 (em milhões de USD).

ANOS TOTAL	2014 305,96	2015 318,89	2016 337,68	2017 428,51	2018 458,54
CREDOR					
BAD	-	5,37	5,21	5,52	6,40
BADEA	11,92	11,64	11,36	11,09	10,81
BID	13,74	13,25	12,76	12,28	11,79
BOAD	83,80	90,14	99,85	163,82	180,13
CEDEAO	4,48	4,20	3,90	3,95	3,68
CHINA	6,34	6,34	6,34	-	-
EXIM BANK-INDIA	4,46	9,96	21,57	24,03	24,35
EXIMBANK TAIWAN	-	-	-	3,50	2,50
FAD	51,10	48,30	47,03	51,91	50,02
FIDA	2,78	2,79	2,71	3,96	3,84
IDA	81,75	81,52	81,79	102,92	113,85
KUWAIT	29,01	27,99	27,75	28,15	27,98
LÍBIA	-	-	-	-	5,80
OPEC	3,50	4,31	4,31	4,31	4,31
SAUDI	13,08	13,08	13,08	13,08	13,08

**Fonte:** Ministério de Economias e Finanças, 2019.

Ao longo de decénios, observa-se uma trajetória ascendente nos níveis de endividamento público na Guiné-Bissau, fenómeno que suscita relevantes questões macroeconómicas. Esta tendência justifica plenamente a pertinência de uma investigação sistemática sobre a matéria, particularmente no contexto das economias em desenvolvimento.

A relevância científica e social desta investigação manifesta-se em três dimensões fundamentais:

**i. Contribuição Académica**

O estudo preenche uma lacuna na literatura económica relativa aos efeitos da dívida pública em pequenas economias africanas. Oferece uma análise empírica da relação dívida-crescimento num contexto específico (Guiné-Bissau)

**ii. Relevância Política e Institucional**

Permite avaliar a eficácia das atuais políticas de gestão da dívida. Fornece subsídios para reformas na administração financeira pública

**iii. Impacto Socioeconómico**

Contribuir para o debate em torno do desenvolvimento económico sustentável, identificando se os sectores de investimento com maior potencial de produtividade têm sido favorecidos a partir dos recursos provenientes da dívida pública. Adicionalmente, procura-se auxiliar na determinação de limiares ótimos de endividamento, particularmente relevantes para economias mais frágeis.

Guiné-Bissau localiza-se na Costa Ocidental do continente africano, ao Norte limita-se com República de Senegal e ao Leste e Sul pela República de Guiné Conacri. Conforme os dados de último senso feito em 2009, pelo Instituto Nacional de Estatística o país possui uma população aproximadamente de 1.548.159 habitantes, apresentando uma densidade populacional média de 33,22 habitantes por quilómetro quadrado. Observa-se, contudo, que a maior parte da população reside em zonas rurais, onde predominam atividades agrícolas de subsistência (INE, 2009).

A população guineense é etnicamente diversificada, sendo composta por mais de trinta grupos étnicos distribuídos em diferentes regiões do território nacional. Entre os principais grupos destacam-se os Balantas, Fulas, Mandingas, Manjacos, Papeis e Mancanhas, entre outros. Essa diversidade étnica e cultural constitui um dos traços mais marcantes da identidade nacional, refletindo-se nas tradições, línguas, costumes e práticas sociais do país.

Como ilustra Cardoso (2004), a transição para a economia liberal na Guiné-Bissau, durante a década de 1980, foi instituída em virtude de diversos fatores estruturais e conjunturais, entre os quais se destacam:

1. A incapacidade do Estado em manter um papel central na economia, o que resultou na retração da classe burocrática estatal na gestão dos assuntos económicos;
2. A emergência de uma nova classe empresarial, cuja base económica assentava, em grande medida, nos empréstimos e financiamentos concedidos pela comunidade internacional e por organismos multilaterais;
3. A introdução de critérios mais rigorosos na gestão das finanças públicas, que exerceu pressões internas e externas no sentido da liberalização económica e da implementação de processos de transformação social.

Contudo, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) estabeleceram, como condição para a concessão de financiamento, a privatização das principais unidades económicas, retirando ao Estado a responsabilidade direta pela gestão dessas organizações. Ainda assim, o financiamento externo da dívida, destinado sobretudo aos setores comercial e agrícola, continuou a ser apropriado por grupos ligados ao aparelho estatal, que, valendo-se da sua influência política e institucional, procuravam beneficiar-se dos recursos financeiros e manipular o funcionamento da economia em prol de interesses pessoais e clientelistas (Cardoso, 2004).

No domínio económico, os Estados africanos enfrentaram problemas estruturais significativos ao tentar adaptar-se à liberalização política e económica. Estes países eram altamente dependentes de créditos externos para equilibrar tanto as contas externas quanto as internas. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) impuseram condições que promoviam a abertura dos mercados nacionais ao capital estrangeiro, em contrapartida da renegociação da dívida externa ou da obtenção de novos empréstimos. Consequentemente, os governos africanos foram conduzidos a uma economia de mercado desregulada, frequentemente sem regras claras e sem mecanismos de supervisão eficazes para prevenir ações nocivas do mercado sobre a sociedade (Jauaré, 2004)

Nos anos 80, o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional criou o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) para a maioria dos países com dificuldades financeiras no qual a Guiné-Bissau está inserida, com o objetivo de reduzir as despesas internas que lhe permitia pagar as dívidas públicas, devido à queda dos preços dos produtos tradicionais de exportação, em particular produtos agrícolas e as matérias-primas. Balança de pagamentos com saldo negativo, o aumento de défice orçamental do Estado e com poucas receitas dos impostos de exportação eram fatores que originaram o Estado guineense a submeter-se ao PAE. (Fernandes, 2017, p. 119 e 121).

Contudo, os financiamentos externos destinados à Guiné-Bissau foram, frequentemente, apropriados pela classe burocrática do Estado, o que prejudicou os investimentos empresariais, sobretudo nos setores produtivos voltados para importação e exportação. Como consequência, a economia enfrentou inflação elevada, desvalorização da moeda, baixa taxa de exportações e dificuldade em reduzir as importações. Entre 1987 e 1992, a dívida externa da Guiné-Bissau aumentou de 473 milhões de dólares para 631 milhões, refletindo a baixa produtividade do país.

Nos anos de 1990 a 1998, o PIB apresentou crescimento negativo, alcançando -3,4%. Com o objetivo de implementar reformas estruturais de liberalização económica, estabilização financeira e monetária, reforço da administração fiscal e melhoria da gestão dos recursos públicos, o país aderiu à União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) em 1997. Esta adesão visava também beneficiar da estabilidade cambial e inflacionária e melhorar a integração no mercado regional (Fernandes, 2017, pp. 122–123).

Entre 1998 e 1999, a guerra civil provocou um colapso econômico no país, que já dependia significativamente de ajuda externa. No entanto, sob a presidência interina do então presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP), Malam Bacai Sanhá, foram assegurados recursos financeiros provenientes de doadores e credores internacionais até a realização das eleições gerais de 2000. Essas eleições, financiadas por organismos internacionais, resultaram na vitória do Partido da Renovação Social (PRS), levando Kumba Yalá à presidência.

Todavia, a administração do PRS enfrentou desafios significativos, marcados por instabilidade política e sucessivas mudanças no comando do governo. Esse cenário culminou em um novo golpe de Estado em 2003, que resultou na destituição de Yalá e de sua equipe governamental. Observa-se que, nos períodos de instabilidade política e deposição de governos, há uma desaceleração do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o que impacta negativamente o orçamento do Estado. Como consequência, o país é levado a contrair novas dívidas para viabilizar a realização de eleições subsequentes.

Na Guiné-Bissau, a estrutura do poder é caracterizada pela coexistência de três esferas principais: o poder económico, o poder político e o poder social. Estas dimensões manifestam-se através de dinâmicas de estatuto e prestígio, interligadas por uma burocracia hierarquizada que controla o Estado e oculta as dinâmicas de luta de classes. Observa-se uma estreita interdependência entre a política e o empresariado, uma vez que os empresários, frequentemente, assumem papéis políticos. Essa dualidade proporciona-lhes vantagens significativas, como a capacidade de contornar obrigações fiscais, alavancando as suas influências políticas (Fernandes, 2017).

A Guiné-Bissau, como qualquer país do mundo, integra diversos organismos regionais e internacionais, estabelecendo cooperação em esferas políticas, económicas e sociais. Esses organismos, frequentemente, atuam como financiadores ou doadores de recursos, com o objetivo de apoiar a economia nacional. Entre os principais destacam-se o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD), entre outros.

A presente dissertação está estruturada em oito capítulos, que abrangem desde a contextualização teórica até à análise empírica dos resultados. O primeiro capítulo introduz o tema, formula a questão de investigação e apresenta a contextualização socioeconómica, política e geográfica do estudo. O segundo capítulo revisa a literatura relevante, abordando conceitos fundamentais como dívida pública interna e externa, exportações e seus efeitos sobre o crescimento económico, além de sintetizar resultados empíricos de pesquisas anteriores. O terceiro capítulo descreve o comportamento das variáveis analisadas no período em estudo, enquanto o quarto expõe a metodologia econométrica adotada, baseada no modelo de Vetores Autorregressivos (VAR), estimado por meio do software R Studio. O quinto capítulo apresenta e interpreta os resultados empíricos, identificando as relações dinâmicas entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB).

O sexto capítulo discute o impacto da dívida pública externa no crescimento económico e compara os resultados obtidos com os da literatura revisada. O sétimo capítulo reúne as conclusões e recomendações decorrentes da análise, com destaque para implicações de política económica e sugestões para estudos futuros. Por fim, o oitavo capítulo apresenta as referências bibliográficas de acordo com as normas da American Psychological Association (APA).

## **Capítulo I: REVISÃO DA LITERATURA**

### **1.1 Conceitos Chaves**

#### **1.1.1 Dívida Pública e Fatores Determinantes**

Uma nação com recursos insuficientes para cumprir as suas obrigações pode ser considerada em situação de défice público. Isso ocorre quando as receitas públicas são insuficientes para fazer face às despesas públicas, levando o governo ou o Estado a recorrer a empréstimos, que se traduzem em dívidas.

#### **1.1.2 Dívida Pública**

Compreende-se que há diversas formas de definir a dívida pública. Segundo Lochagin (2017), a dívida pública corresponde às obrigações financeiras que um Estado assume quando, em determinado exercício fiscal, as receitas são insuficientes para cobrir as despesas públicas. Pode-se considerar a dívida pública como o conjunto de empréstimos contraídos e dos títulos emitidos e não amortizados pelas instituições da administração pública (Pereira, 2012). A dívida pública divide-se em duas categorias: dívida pública interna e dívida pública externa, sendo esta última o objeto do presente estudo.

#### **1.1.3 Dívida Pública Interna**

A dívida pública interna corresponde aos empréstimos concedidos internamente pelos cidadãos — geralmente contribuintes — ao Estado ou governo, mediante obrigações contratuais, taxas de juros e amortizações. Contudo, o dinheiro emprestado permanece no mesmo circuito econômico, de modo que nada sai do país para a manutenção dos serviços da dívida e para o seu reembolso (Lewinsohn, 1944).

#### **1.1.4 Dívida Pública Externa**

A dívida pública externa corresponde aos empréstimos obtidos junto a credores estrangeiros ou a organismos internacionais, realizados em moedas de reserva internacional. Trata-se de uma transferência de poder aquisitivo para o exterior. O devedor pode ficar sujeito ao controle do credor quando há receio quanto à sua liquidez. O serviço da dívida é garantido por mecanismos especiais que limitam significativamente a livre atuação do devedor (Lewinsohn, 1944).

### **1.1.5 Exportação**

Devido aos avanços tecnológicos e à globalização, os países tornaram-se interdependentes. No entanto, para suprir suas necessidades, é fundamental que realizem a troca de bens e serviços por meio do comércio internacional, no qual a exportação desempenha um papel essencial no impulso à economia de uma nação.

Conforme apontam Araújo, Licar e Veras (2016), a exportação pode ser definida como a venda de produtos e serviços de um país para o mercado global. Esse processo impulsiona a evolução das dinâmicas económicas, estimulando as nações a adotarem novas técnicas de produção para aumentar sua competitividade e ampliar suas transações comerciais com outros países.

### **1.2 Consequências da Dívida Pública Externa**

Todavia, Pereira *et al.* (2012) detalham que a necessidade de recorrer à emissão de dívida pública por parte do Estado pode ter alguns efeitos sobre o crescimento do PIB, das seguintes formas:

1. **Efeitos positivos:** O aumento da procura agregada, impulsionado por políticas fiscais expansionistas ou pelo aumento da despesa pública, pode gerar efeitos positivos sobre a atividade econômica, sobretudo quando os recursos são direcionados para o investimento produtivo. Esse tipo de investimento contribui para a acumulação de capital, elevação da produtividade e, consequentemente, para o crescimento econômico sustentável no longo prazo.
2. **Efeitos negativos:** aumenta as taxas de juro reduzindo o investimento (efeito crowding out). O excesso da dívida pública pode exigir o aumento do prémio de risco do país tendo em conta que o risco de crédito eleva as taxas de juros a longo prazo, o que pode impactar negativamente no investimento, que é o fator fundamental para o crescimento económico.

O aumento das taxas de juros tende a desincentivar o investimento produtivo, resultando em menores níveis de produtividade, o que, em determinadas circunstâncias, pode caracterizada gerar pressões inflacionárias de longo prazo. No caso específico da Guiné-Bissau, por uma estrutura produtiva limitada, os principais vetores da inflação são predominantemente exógenos. Entre eles destacam-se a elevação dos preços internacionais dos combustíveis, choques externos decorrentes de crises económicas globais, bem como fatores internos relacionados à instabilidade política, econômica e social nos países da sub-região da África Ocidental.

## **1.3 Impacto da Dívida Pública no Crescimento Económico**

### **2.3.1. Revisão de Modelos Empíricos e Resultados**

Os estudos académicos nesta área procuram compreender os efeitos da dívida pública sobre o crescimento económico. No caso do presente estudo, o foco recai especificamente sobre os efeitos da dívida externa. Tendo em conta a questão científica central desta dissertação, a revisão de literatura irá, sobretudo, incidir sobre o contexto do desenvolvimento económico dos países em vias de desenvolvimento, permitindo situar o problema analisado dentro das discussões teóricas e empíricas existentes.

Para Reinhart, Reinhart e Rogoff (2012) realizaram um estudo com o objetivo de analisar os efeitos do excesso de dívida pública nas economias avançadas no período compreendido entre 1800 e 2011, identificando 26 episódios associados a elevados níveis de endividamento de longo prazo. Os episódios de dívida pública prolongada sugerem que tais situações são frequentemente desencadeadas por eventos traumáticos, como guerras ou crises financeiras. Ao analisar a dívida pública de forma individualizada, os autores verificaram que, quando o nível da dívida em relação ao PIB supera 90%, a taxa média de crescimento anual é de apenas 1,2%. Nos períodos em que o nível da dívida/PIB é inferior a 90%, a taxa média de crescimento anual sobe para 2,3%, enquanto níveis ainda mais baixos de dívida estão associados a um crescimento médio anual de 3,5%. Tendo em conta a questão científica central desta dissertação, a revisão de literatura irá, sobretudo, incidir sobre o contexto do desenvolvimento económico dos países em vias de desenvolvimento.

Segundo Reinhart, Reinhart e Rogoff (2012), concluem que o excesso da dívida pública faz diminuir a taxa anual de crescimento da economia, e devido à excessiva duração de episódios de excesso da dívida pública, pode perder-se até 1 ponto percentual por ano, que constitui um declínio substancial ao nível de produção económica. Em países com economias avançadas, o nível médio da dívida pública bruta em percentagem do PIB deverá, de acordo com estes autores, respeitar o limite de 90%.

Assim, a correlação negativa observada entre a dívida pública e o crescimento económico não implica, necessariamente, que a dívida cause a redução do crescimento. Em outras palavras, essa relação pode não refletir um mecanismo de causalidade, mas apenas uma associação estatística. É possível que o baixo crescimento económico seja o fator que conduz a maiores níveis de endividamento público, e não o contrário (Reinhart, Reinhart e Rogoff, 2012).

Clemants *et al.* (2003) abordam a relação entre dívida externa, investimento público e crescimento dos países de menor rendimento. Tipicamente, estes países de menor rendimento não têm acesso aos mercados de capitais internacionais, sendo assim, o impacto da dívida pública sobre o crescimento quer dos países de baixa renda e dos países emergentes pode ser relativamente diferente. Devido às diferenças de estrutura da economia e do setor público, os canais pelos quais a dívida pública pode afetar o crescimento também podem ser diferentes. Países de baixa rendimento são beneficiários de transferências líquidas de recursos dos doadores, mesmo quando o serviço da dívida é muito alto (Clemants *et al.* 2003).

De acordo com Clemants *et al.*, (2003) observam ainda que os empréstimos externos têm um impacto positivo sobre o investimento e o crescimento até um certo limiar, pois para além desse nível, o seu impacto é adverso. Os resultados em relação ao stock da dívida, mostram ainda que o excesso da dívida reflete a falta de incentivos do governo para implementar reformas ou políticas macroeconómicas, pois os retornos resultantes dessas políticas são destinados a pagar dívidas pendentes. Sendo assim, o setor privado será afetado, o que pode reduzir o investimento, isto tem efeitos negativos sobre o crescimento económico.

Os mesmos autores, afirmam ainda que as incertezas do pagamento do serviço da dívida pública criam um maior nível de incerteza económica e dificuldades adicionais face às reformas económicas (Clemants *et al.* 2003). O impacto marginal da dívida no crescimento torna-se negativo além de um certo limite, estimado em 50% de PIB para o valor nominal da dívida externa (ou seja, dívida bruta), e em torno de 20% e 25% do PIB para o seu valor líquido.

Por outro lado, Aigheyisi e Ogberbor (2019) estudam a relação existente entre dívida pública, investimento direito estrangeiro, e crescimento económico na Nigéria no período de 1981 a 2016. Estes autores explicitam que alguns países menos desenvolvidos, ou seja, países de terceiro mundo, não conseguem aproveitar os benefícios da dívida (devido à menor eficiência na gestão da dívida pública), o que acaba por originar o elevado nível da dívida, pondo assim em causa o seu desenvolvimento económico. O efeito da dívida no desempenho económico, depende então do uso para que é canalizada e da forma mais eficiente na gestão deste instrumento de política fiscal.

Os países menos desenvolvidos apresentam frequentemente baixos níveis de desenvolvimento económico, e baixos níveis de rendimento, que demonstra a insuficiência para financiar investimento necessário para o crescimento económico. Assim, para quebrar este círculo vicioso, o governo pode adotar medidas para atrair quer o financiamento interno, bem como externo sob a forma de dívida, para acumular poupança nacional e tentar acelerar o crescimento económico.

Segundo Aigheyisi e Ogberbor (2019), utilizando o modelo de correção de erros e cointegração, estimam que a dívida interna afeta negativa e significativamente o crescimento económico no curto prazo. No entanto, os autores concluem que os efeitos de curto prazo da dívida externa e do investimento direto estrangeiro (IDE) sobre o crescimento económico não são estatisticamente significativos. Por outro lado, o coeficiente de longo prazo indica que a dívida externa afeta positiva e significativamente o crescimento económico da Nigéria.

De acordo com Sulaiman e Azeez (2012), ao analisarem o impacto da dívida externa sobre o crescimento económico da Nigéria no período de 1970 a 2010, por meio da aplicação do modelo de correção de erros, constatou-se que o termo de correção de erros nos modelos com parâmetros parcimoniosos defasados revelou-se estatisticamente significativo, dado o sinal negativo do respetivo coeficiente.

O elevado coeficiente de determinação múltipla ( $R^2$ ) — 88,7% no modelo parametrizado e 87% no modelo parcimonioso — sustenta a rejeição categórica da hipótese nula, que postulava a inexistência de um efeito significativo da dívida externa sobre o crescimento económico do país. Além disso, os valores das estatísticas F indicam que as variações temporais da dívida externa, quando analisadas em conjunto com a inflação e a taxa de câmbio, provocam alterações significativas na economia nigeriana (Sulaiman e Azeez, 2012).

Nem todos países em vias desenvolvimento precisam de contrair dívidas face às suas despesas e investimentos, no entanto, a dívida pública deve ser gerida pela política macroeconómica e coordenada de perto pela política fiscal, monetária e outras políticas macroeconómicas (Saifuddin 2016).

Usando métodos de estimação econométrica, nomeadamente testes de raiz unitária Dickey – Fuller (ADF) e o método de mínimos quadrados de duas etapas entre 1974 e 2014, Saifuddin (2016) aborda a questão da dívida pública e crescimento no Bangladesh. Os resultados empíricos alcançados pelo autor indicam que a dívida pública contribuiu positivamente com significância estatística para o crescimento económico, medido pelo PIB, tanto diretamente quanto indiretamente, através do seu efeito no investimento. Em média, 1% de aumento da dívida pública está associado a um aumento do PIB de cerca de 0,2% ao ano. Portanto tendo em conta os empréstimos contraídos sob forma de dívida pelo Governo de Bangladesh, esta investigação demonstra que foram bem aplicados nos investimentos produtivos, dando assim impactos positivos no crescimento económico de país.

Nas palavras de Nantwi e Erickson (2016) observam que o desenvolvimento económico requer investimento em infraestruturas, educação, bem-estar social, saúde, e outros setores económicos fundamentais. As despesas associadas a esses investimentos são avultadas, o que

origina grandes dificuldades para os países financiarem-se apenas com base nas suas receitas fiscais, pois é comum destes países em vias de desenvolvimento possuírem défices orçamentais.

Para os países em desenvolvimento, confrontados com regimes fiscais fracos e baixos rendimentos, optar pela dívida constitui a melhor opção para o financiamento do orçamento do governo. Nestas circunstâncias, não surpreende que a dívida pública tenha um papel importante (Nantwi e Erickson, 2016).

Para analisar a relação da dívida pública e crescimento económico no Gana Nantwi e Erickson (2016) usaram a cointegração de Johansen e o modelo vetor de correção de erros para examinar os fatores causais de longo prazo. Estes autores usam como dados as séries temporais de 1970 a 2012, e os seus resultados empíricos exibem uma relação positiva e significativa no longo prazo entre taxa de crescimento do PIB e dívida pública, ou seja, indicando que a dívida pública contribuiu para o crescimento económico no Gana. No curto prazo, há uma relação bidirecional entre dívida pública e crescimento económico, o que significa que a dívida pública Granger causa o crescimento económico e vice-versa.

Os países em desenvolvimento estão frequentemente sob situações de alto nível da dívida pública. Os economistas não consideram a dívida pública como um grande problema, muito embora a má gestão e insustentabilidade da dívida pública possam constituir questões económicas fundamentais. Mais ainda existem vários canais aos quais um governo pode recorrer para financiar a sua economia. Na maioria das vezes o governo pode decidir contrair empréstimos ao invés de aplicar outras medidas fiscais para financiamento do déficit orçamental, porém, as obrigações e passivos externos que são pagáveis de qualquer forma são considerados como dívida pública externa (Rais e Anwar, 2012).

Segundo Rais e Anwar (2012) examinam os impactos da dívida pública no crescimento do Paquistão, usando series temporais de 1970 a 2010. Estes autores, utilizam um método simples de mínimos quadráticos ordinários (OLS), e os correspondentes resultados empíricos indicam que tanto a dívida interna quanto a externa afetam negativamente o crescimento económico, sendo a dívida pública o principal obstáculo para o País. Para os mesmos, a dívida pública excede o valor do seu PIB e, portanto, o rendimento per capita é menor que o endividamento por cidadão. Por outro lado, o serviço da dívida aumenta o déficit orçamental, que por sua vez cria a necessidade de mais empréstimos. Cerca de 40% da receita do governo é necessária para pagar o correspondente serviço da dívida e a taxa de juro associada.

A dívida pública, externa ou interna, é considerada uma fonte de financiamento da qual o governo depende para realizar seus planos para atingir objetivos económicos e sociais, especialmente quando existe uma lacuna entre poupança e investimento e investimentos

estrangeiros, Mousa e Shawawreh (2017). Estes autores investigam o impacto da dívida pública no crescimento económico da Jordânia usando dados de 2000 a 2015. Este estudo emprega o modelo de regressão, e os resultados indicam que a dívida pública impacta negativamente o crescimento económico.

Para Mousa e Shawawreh (2017).), nos países de economias avançadas existe um efeito causal que vai do alto nível de endividamento, que se traduz em baixo crescimento económico. Para estes autores, a relação entre dívida e crescimento económico é essencialmente não linear e caracterizada pela presença de um limiar acima do qual a dívida pública começa a ter um efeito negativo sobre o crescimento económico.

Conforme Lee e Ng (2015) analisam o impacto da dívida pública no crescimento económico da Malásia, com dados de séries temporais que abrangem o período de 1991 a 2013, usando modelos de regressão multivariada para analisar a associação entre dívida pública e crescimento. Os resultados obtidos são robustos e incluem um conjunto de vários indicadores, como dívida pública, déficit orçamental, despesa orçamental e serviços da dívida externa. Os resultados da regressão relatam que o modelo mostra um R-quadrado ajustado de 0,655, o que significa que as variáveis explicativas coletivamente explicam 65,5% da variabilidade do crescimento económico, sendo a estatística F de 35.610, o que mostra que a regressão é significativa no nível de 1%.

Neste estudo, os resultados indicam que apenas a despesa orçamental é positiva e significativa, isto é, os gastos em bens e serviços públicos apresentam um impacto positivo no investimento e no crescimento económico. A dívida pública em si apresenta um impacto negativo sobre o PIB da Malásia, o que significa que o aumento de dívida pública está associado sempre à queda do PIB deste País (Lee e Ng, 2015).

Os países em vias desenvolvimento têm dificuldades em gerir um nível elevado de dívida pública. Blake (2015) investiga o impacto da dívida pública no crescimento económico da Jamaica, usando dados trimestrais de 1990 a 2014, e emprega o modelo autorregressivo (ARDL). Este autor coloca em evidência que no longo prazo, com nível baixo de endividamento público um aumento de 1 ponto percentual em relação à dívida sobre PIB traduz-se num aumento de 0,06% sobre o crescimento económico; enquanto perante um alto nível da dívida, um aumento de 1pp reduz o crescimento em 0,02%. De igual modo, no curto prazo, com um elevado nível de dívida, o crescimento reduz-se em 0,04% perante um aumento de 1pp na relação da dívida sobre PIB, ao passo que perante um baixo nível de endividamento, um aumento de 1pp na relação dívida sobre PIB, aumenta o PIB em 0,19%.

Para Blake (2015) mostra ainda que a dívida pública jamaicana tem um impacto não linear no crescimento económico. Considera que as dívidas externas e internas apresentam efeitos negativos sobre o crescimento económico, quando o nível de endividamento é superior a 100% e 55% respetivamente para a dívida externa e para a dívida interna. O impacto negativo da dívida sobre o crescimento económico assenta no uso das verbas em áreas improdutivas e no fato de se contrair dívidas para pagar outras dívidas anteriores.

De acordo com Kumar e Woo (2010) abordam as questões de não linearidade e os efeitos do limiar da dívida pública e do crescimento. Neste estudo consideram a causalidade reversa e o viés de simultaneidade. Dada a possibilidade de não ser apenas a alta dívida a ter um efeito adverso sobre o crescimento, mas de o baixo crescimento também poder levar a dívidas elevadas, ou ainda pelo facto de a dívida e o crescimento poderem ser determinados em conjunto por uma terceira variável. Para tal, os autores exploram o impacto da alta dívida pública no crescimento subsequente do PIB per capita.

A amostra utilizada incide sobre um painel de economias avançadas e de mercados emergentes, abrangendo o período de 1970 a 2007. Neste estudo, os autores recorrem a uma ampla variedade de metodologias de estimação da regressão do crescimento, complementadas pela contabilidade do crescimento. Os resultados obtidos sugerem uma relação inversa entre o nível inicial da dívida e o crescimento subsequente, após o controlo de determinados fatores que influenciam o crescimento. Em média, um aumento de 10 pontos percentuais no rácio dívida/PIB inicial está associado a uma desaceleração do crescimento real do PIB per capita de 0,2 pontos percentuais por ano (Kumar e Woo, 2010).

Conforme a fala de Vamain (2022) analisou a relação entre a dívida pública e o crescimento económico no contexto da instabilidade política e governativa na Guiné-Bissau, no período compreendido entre 2000 e 2020. Os resultados do estudo indicam que a dívida pública exerce um impacto negativo sobre o crescimento económico do país. A investigação considerou as seguintes variáveis: dívida pública, produto interno bruto (PIB), investimento, consumo final e notícias.

#### **1.4 Conclusão**

Percebe-se que o elevado nível alto de dívida pública externa conduz efeitos que podem ser compreendidos através de diferentes tipos de canais de transmissão:

- Um país com elevado nível de dívida pública, principalmente países de baixo rendimento, tem impacto negativo no uso das verbas disponíveis para o investimento

tanto público quanto investimento privado dependendo da política adotada pelo governo

- Quando um País apresenta excesso de endividamento, boa parte do PIB é destinado para manter o serviço da manutenção da dívida pública e os juros, ou seja, uma parcela do PIB é direcionada para pagar as dívidas anteriores.
- A dívida pública pode ter um impacto positivo no crescimento económico se for utilizado para investimentos nas áreas que influenciam o aumento do produto.

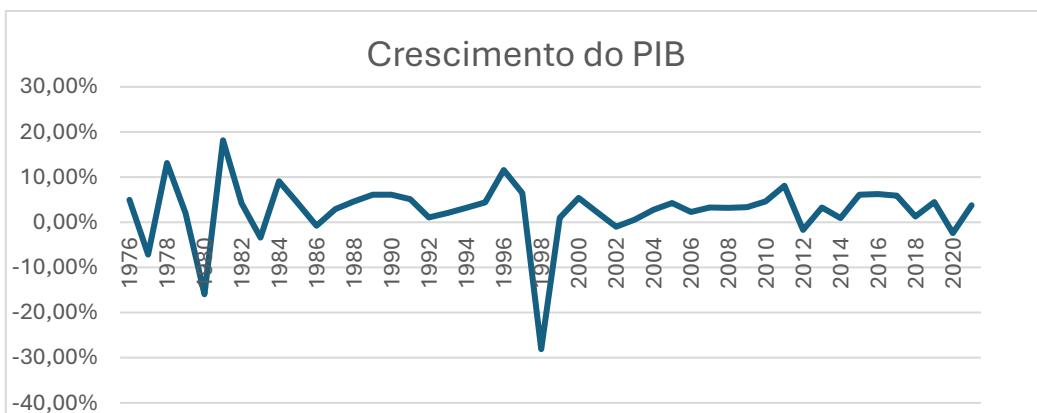
Em suma, um País com rendimentos baixos tem tendência a ter problemas com finanças e consequentemente, apresenta déficits orçamentais, obrigando um governo a aumentar a trajetória de endividamento público. Porém, a acumulação da dívida a um elevado nível conduz a um círculo vicioso que afeta negativamente o crescimento económico. Contrair dívida para pagar dívidas tem maior impacto negativo sobre o crescimento económico. Este estudo visa enriquecer a limitada literatura existente relativa à dívida pública na Guiné-Bissau, contribuindo com novas evidências empíricas.

## 2 Capítulo II: DESCRIÇÃO DE VARIÁVEIS

### 2.1 Produto Interno Bruto (PIB) e Stock da Dívida Pública Externa

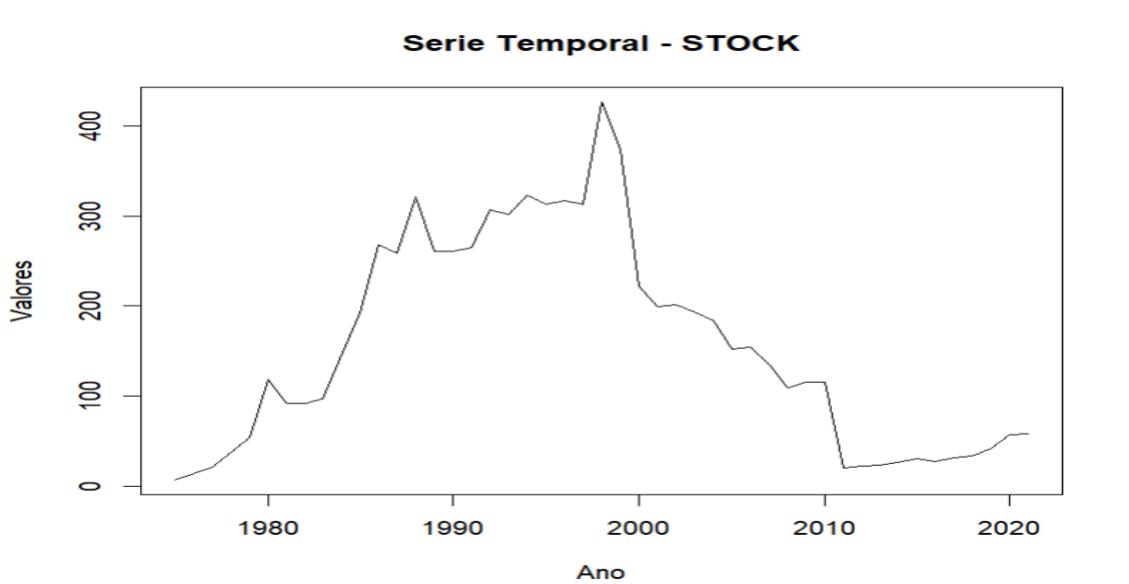
O período de guerra civil de junho de 1998 a maio de 1999 foi um momento de forte recessão económica, refletindo-se nos gráficos que ilustram a evolução da dívida pública e do PIB ao longo do tempo. Esses gráficos ajudam a entender como eventos políticos e económicos influenciaram a trajetória da dívida e do crescimento no país.

**Gráfico 2.1:** Evolução do PIB da Guiné-Bissau em variação % entre 1975 a 2021.



**Fonte:** Elaboração própria com dados do Banco Mundial, 2024.

**Gráfico 2.2:** Evolução de Stock da Dívida Pública Externa 1975 a 2021 (% do PIB).



**Fonte:** Elaboração própria com dados do Banco Mundial, 2024.

Através do gráfico, é possível observar que, antes do golpe de Estado de 1980, que depôs o então presidente Luís Cabral, liderado por João Bernardo Nino Vieira, o nível da dívida pública externa (incluindo garantias) não ultrapassava 54,32% do PIB. Além disso, a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) manteve-se positiva entre 1975 a 1979, exceto no ano 1977, quando registrou uma queda de -7,17%. Durante o regime de Nino Vieira como presidente, ficou evidente um quadro de instabilidade política, caracterizado pela ausência de estabilidade governamental. Nesse período, os cabo-verdianos que ocupavam cargos políticos e administrativos no país foram depostos, sendo substituídos por técnicos indicados pelo presidente. Nino Vieira exercia controle absoluto sobre os poderes, pois o sistema político fosse de caráter ditatorial.

Em 1980, um período de tensões entre o novo chefe do Estado e executivos cabo-verdianos, o nível do stock da dívida pública subiu de 54,32% para 118,39%. Entre 1981 a 1983 a dívida teve ligeira queda situando-se em 91,54% e 97,30% respectivamente, enquanto o PIB apresentou uma queda de -15,95% em 1980, isto, tem a ver com o golpe de Estado de 1980. Entre 1981 a 1997, exceto em 1983 e 1986, quando os valores foram negativos (-3,40% e -0,79%, respectivamente), o PIB cresceu de forma positiva, atingindo uma taxa histórica de 18,17% em 1981 (em parte devido à queda do ano anterior).

No final do segundo trimestre de 1998, o país enfrentava grandes impasses entre as classes políticas, especialmente dentro do PAIGC e das forças armadas, devido às acusações trocadas entre o presidente João Bernardo Vieira e o General de Brigada Ansumane Mané, relacionadas

à venda de armas aos rebeldes de Casa Mansa, na região de Giguinzor, em Senegal. Essas disputas culminaram na guerra civil que ocorreu de junho de 1998 a maio de 1999. Como consequência desse conflito, o PIB sofreu uma forte queda de -28,10% em 1998 e o stock da dívida pública externa atingiu o pico de 426,43%. O stock da dívida continua elevado até 2000, pois era fundamental manter as despesas fixas e correntes do governo durante o período de transição.

Após a guerra, o país experimentou um aumento no nível de crescimento económico, como mostra o gráfico. Entre 2000 e 2011, o PIB cresceu de forma positiva na maior parte desse período, exceto no final de 2002, quando houve uma queda de -0,99% devido às trocas sucessivas de governos pelo presidente Kumba Yalá. Nesse período, a dívida pública também apresentou uma redução significativa, caindo de 426,43% para 115,34% em 2009. Essa tendência de queda continuou em 2010, indicando uma melhoria na gestão da dívida ao longo dos anos.

Entre 2010 e 2011, a Guiné-Bissau recebeu o perdão de parte de suas dívidas externas, o que levou a uma queda expressiva de 115% em 2009 para 20,71% da dívida e um crescimento de 8,08% no PIB nesse período. No entanto, em 2012, o PIB caiu de 8,08% em 2011 para -1,71%, em consequência do golpe de Estado que ocorreu contra o governo de Carlos Gomes Júnior. Nesse mesmo ano, o stock da dívida cresceu ligeiramente e durante o período em que o país esteve sob um governo de transição, até a realização das eleições gerais em 2014.

Após as eleições, a dívida da Guiné-Bissau continuou a aumentar, chegando a 34,98% em 2018. Em 2019, que foi o ano da pandemia de COVID-19, o impacto na economia global começou a se refletir com mais força em 2020 e 2021, com a dívida atingindo 57,98%. Quanto ao PIB, cresceu de 1,28% em 2018 para 4,50% em 2019, mostrando uma melhora antes do impacto da pandemia. Em 2020, devido à COVID-19, o crescimento do PIB foi negativo, de -2,40%. Já em 2021, o crescimento recuperou para 3,80%, indicando uma retomada económica após o impacto inicial da pandemia.

## **2.2 Exportações**

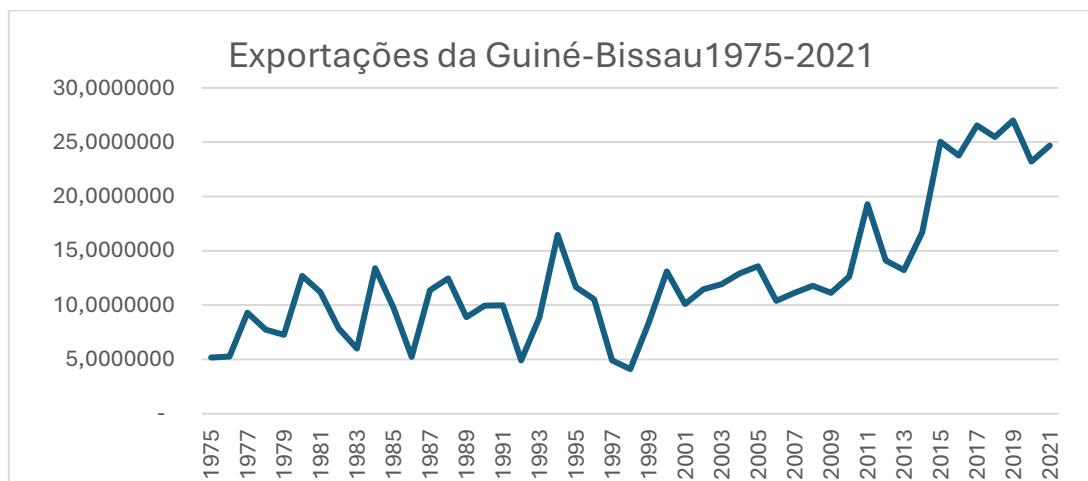
O país f integrrou a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) em 1996, com o objetivo de assegurar a estabilidade económica e monetária. A UEMOA adotou como moeda única o Franco da Comunidade Financeira Africana para todos os países membros. No entanto, embora a integração tenha contribuído para a estabilidade da moeda, a Guiné-Bissau, enquanto país de baixa renda, continua a contrair dívidas para cobrir o défice orçamental. A

ausência de diversificação económica é evidente, uma vez que o país depende fortemente da monocultura de caju, que constitui o principal produto de exportação guineense.

As consequências das crises políticas e da guerra civil de 1998 tiveram um impacto significativo nas exportações do país. Entre 1975 e 1991, as exportações apresentaram variações, com oscilações razoáveis ao longo do tempo. No entanto, em 1992, houve uma queda bastante acentuada, passando de um valor de 9,98% em 1991 para 4,90% em 1992. Em 1994, com a implementação do regime democrático, as exportações aumentaram para 16,45%. Apesar desse crescimento, a situação política instável levou a uma tendência de declínio nas exportações, culminando no ponto mais baixo durante o período analisado, que foi em 1998, ano marcado pelo conflito armado, com um valor de 4,10%.

Depois da guerra, as exportações do país mostraram uma tendência de crescimento, mesmo com algumas pequenas quedas ao longo do tempo. Até 2011, as exportações atingiram o valor de 19,29%. No entanto, após o golpe de Estado em 2012, houve uma queda significativa, passando de 19,29% em 2011 para 13,21% em 2013. Depois disso, as exportações voltaram a subir até 2019. Com os efeitos da COVID-19, houve uma nova queda, de 27,00% em 2019 para 23,21% em 2020.

**Gráfico 2.3:** Evolução das Exportações da Guiné-Bissau em % PIB entre 1975 a 2021



**Fonte:** Elaboração própria com dados do Banco Mundial, 2024.

### **3 Capítulo III: METODOLOGIA**

#### **3.1 Metodologias Usadas**

O processo metodológico representa uma forma de demonstrar que, tal como em qualquer jogo, em que existem regras bem definidas, na investigação científica também se observam normas essenciais — entre as quais se destaca o método científico adotado. O método é compreendido como o percurso sistemático seguido pelo investigador, a partir da escolha criteriosa de técnicas, procedimentos e normas necessários para alcançar os objetivos propostos. Refira-se ainda que o ChatGPT foi utilizado como apoio à revisão gramatical e à procura de informação para esta dissertação.

O delineamento metodológico desta pesquisa fundamenta-se numa análise econométrica, sustentada por uma revisão bibliográfica de natureza eclética, que inclui artigos relevantes sobre dívida pública, crescimento económico, exportações e os efeitos de variáveis exógenas na política orçamental. A análise abrange ainda áreas fundamentais da ciência económica, tais como microeconomia, macroeconomia, economia internacional e relações internacionais — campos que, em conjunto, oferecem um referencial teórico robusto para compreender os impactos da dívida pública no crescimento económico.

O principal objetivo deste trabalho consiste em examinar se a dívida pública externa da Guiné-Bissau tem exercido um impacto positivo ou negativo sobre o crescimento económico do país. Para esse fim, será realizada uma análise econométrica utilizando o software RStudio, com aplicação do modelo de Vetores Auto-Regressivos (VAR), complementada por gráficos que ilustram a evolução da dívida pública no período compreendido entre 1975 e 2021.

Os dados utilizados neste estudo foram obtidos junto ao Ministério da Economia e Finanças, por intermédio do Gabinete de Gestão da Dívida Pública, conforme apresentado no Quadro 1.1, e também junto ao Banco Mundial. As variáveis PIB, stock da dívida pública externa incluindo garantias e exportações foram extraídas da base de dados do Banco Mundial. Trata-se de séries temporais anuais referentes ao período de 1975 a 2021.

Entretanto, para a estimação dos parâmetros analisados neste trabalho por meio do RStudio, seguem-se as seguintes etapas: verificação da estacionariedade, teste de raiz unitária, estimação do modelo VAR, critério de seleção da defasagem ótima, testes de diagnóstico, causalidade de Granger, função impulso-resposta, decomposição de variância e, por fim, a análise e discussão dos resultados.

### **3.2 Escolha do Modelo**

A escolha do modelo VAR fundamenta-se na sua robustez metodológica para a análise de sistemas de séries temporais multivariadas. Este modelo permite examinar de forma mais sistemáticas as interdependências dinâmicas entre as variáveis macroeconómicas selecionadas, oferecendo uma estrutura flexível para a identificação de relações de causalidade e retroalimentação. Paralelamente, o VAR possibilita a realização de previsão econométricas consistentes, contribuindo para a compreensão da evolução conjunta das variáveis em estudo. Por meio das funções de impulso a resposta, é viável mensurar os efeitos de choques exógenos sobre o sistema, identificando a magnitude e a persistência das reações ao longo do tempo.

Adicionalmente, a decomposição da variância dos erros fornece evidências acerca da importância relativa de cada choque na explicação da variabilidade das diferentes séries, permitindo, assim, uma avaliação mais aprofundada das fontes de flutuação macroeconómica.

### **3.3 Hipóteses**

A Guiné-Bissau, enquanto um país de baixa renda e menos desenvolvido, apresenta elevada dependência de parceiros económicos e financeiros para a execução do Orçamento Geral do Estado ao longo do período em análise. Neste contexto, pretende-se investigar a relação entre a dívida pública externa e o crescimento económico medido pelo PIB real. Assim propõem-se as seguintes hipóteses:

**Hipótese 1 (H1):** Existe uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a dívida pública externa e o crescimento do PIB no período em análise.

**Hipótese 2 (H2):** Existe uma relação negativa, ou estatisticamente não significativa entre a dívida pública externa e crescimento do PIB no período em analise.

Ir-se-á ainda testar se a dívida pública tem um efeito positivo/negativo sobre as exportações, bem como se o crescimento económico reduz o peso da dívida pública na economia.

## 4 Capítulo IV: RESULTADOS EMPÍRICOS

### 4.1 Teste de raiz unitária Augmented Dickey- Fuller (ADF)

#### 4.1.1 Teste de raiz unitária Augmented Dickey- Fuller (ADF), Estacionariedade em Níveis

O teste de raiz unitária Augmented Dickey- Fuller (ADF) é aplicado com objetivo de verificar a presença ou ausência de raiz unitária em uma variável, isto é, analisar a estacionariedade das séries temporais. Resulta-se que a estacionariedade constitui um requisito fundamental para a estimação de modelos econométricos, como é o caso dos modelos VAR.

**Quadro 4.1:** Resultados de Teste de Raiz Unitária (ADF) em Nível

Variáveis	Estatística de Teste (T)	Valor Crítico (5%)	Resultado
PIB (log)	-0.36	-2.93	-0.36 > -2.93 Não Estacionária
STOCK	-1.4511	-2.93	-1.4511 > -2.93 Não Estacionária
EXPORT	-1.4783	-2.93	-1.4783 > -2.93 Não Estacionária

**Fonte:** Elaboração Própria

No que concerne à análise de estacionariedade, a variável Produto Interno Bruto (PIB) revelou-se não estacionária em nível, conforme os resultados obtidos pelo teste de raiz unitária Augmented Dickey -Fuller (ADF), (ver Anexo A), estimado com drift. O valor estatístico de teste (T) foi de -0.36, superior ao valor crítico de -2,93 ao nível de significância de 5%. Assim, não se rejeita a hipótese nula de presença de raiz unitária, o que indica que a série do PIB não apresenta a estacionariedade em nível.

De forma análoga, foram conduzidos testes em níveis para as séries correspondentes ao stock da dívida pública externa e às exportações da Guiné-Bissau durante o período em análise. Os resultados evidenciam que, para o stock da dívida pública externa, o valor da estatística de teste foi de -1.5265, enquanto o valor crítico permaneceu em -2.93 (5%). No caso das exportações, o estatístico de teste foi de -1,4783, igualmente superior ao valor crítico de -2,93. (Ver no anexo A). Tais resultados corroboram a existência de raiz unitária nas duas séries,

confirmando que ambas não são estacionárias em nível e consequentemente, levando à não rejeição da hipótese nula de raiz unitária.

#### **4.1.2 Testo de raiz unitária Augmented Dickey- Fuller (ADF), Estacionariedade em diferenças**

Portanto, para transformar as séries em estacionárias é necessário aplicar diferenciação (primeira diferença) os resultados no quadro seguinte.

**Quadro 4.2:** Resultados do Teste de Raiz Unitária (ADF) em Primeira Diferença

Variáveis	Estatística de Teste (T)	Valor Crítico (5%)	Resultado
PIB(log)	-7.02	-2.93	$-7.02 < -2.93$ Estacionária
STOCK	- 4.6976	-2.93	$-4.6976 < -2.93$ Estacionária
EXPORT	-7.781	-2.93	$-7.781 < -2.93$ Estacionária

**Fonte:** Elaboração Própria

Para verificar a estacionariedade das séries, aplicou-se o teste de raiz unitária ADF em primeira diferença. A variável PIB apresentou a estatística de teste de -7.02, inferior ao valor crítico de -2.93 ao nível de significância de 5%, indicando a rejeição da hipótese nula e confirma a sua estacionariedade.

De mesma forma semelhante, as variáveis stock e exportações apresentaram valores estatísticos de -4.6976 e -7.781, respectivamente, ambos inferiores ao valor crítico de -2.93 ao nível de significância de 5%, (ver Anexo A). As séries tornam-se estacionárias em primeira diferença, o que permite rejeitar a hipótese nula para as variáveis. Desta forma, as três variáveis vão ser introduzidas em primeiras diferenças no modelo VAR, uma vez que são integradas de ordem 1.

#### **4.2 Critérios de Seleção de Lags Ótimos**

A determinação do número ótimo de defasagens constitui um passo crucial na especificação de modelos de séries temporais em estudos econometrícios. Os critérios de seleção de lags fornecem uma orientação objetiva para essa escolha, ao ponderarem entre a necessidade de captar adequadamente a dinâmica temporal do processo estocástico e a importância de evitar a

sobre parametrização, que pode reduzir a eficiência estatística e comprometer a validade inferencial do modelo.

No caso em análise, com lags máximo três (3) -uma vez que a amostra é pequena - , o critério de informação de Schwarz (SC/BIC) aponta a utilização de uma única (1) defasagem refletindo a sua tendência mais restritiva e conservadora relativamente a inclusão de parâmetros adicionais, sendo assim, o Critério de Hannan-Quinn (HQ) como o Erro Final de Previsão (FPE) sugerem a adoção de duas (2)<sup>1</sup> defasagens, apresentando-se como alternativas intermédias que procuram conciliar a parcimónia com capacidade preditiva. A tabela seguinte sintetiza os resultados provenientes da aplicação dos diferentes critérios de seleção.

**Tabela 4.1:** de Critério de Informação para Seleção de Defasagens (Lags).

\$selection				
AIC(n)	HQ(n)	SC(n)	FPE(n)	
2	2	1	2	
\$criteria				
	1	2	3	
AIC(n)	4.684603	4.436675	4.477910	
HQ(n)	4.865852	4.753861	4.931033	
SC(n)	5.176100	5.296796	5.706654	
FPE(n)	108.442611	85.237622	90.370144	

**Fonte:** Elaboração Própria

### 4.3 Estimação de VAR com Variáveis em Diferenças

Antes de estimação do modelo VAR, procedeu-se a verificação da estacionaridade das séries temporais em análise, assegurando a sua adequação ao modelo. A estimação subsequente do VAR confirmou a condição de estabilidade, uma vez que as raízes do polinómio característico apresentam valores inferiores à unidade (0.3531, 0.3531 e 0.2195). Este resultado garante que o sistema não apresenta comportamento explosivo, cumprindo assim o requisito fundamental de estabilidade dinâmica do VAR, como se observa na tabela abaixo.

**Tabela 4.2:** Resultados de Estimação VAR

```
VAR Estimation Results:
=====
Endogenous variables: LPIB_diff, STOCK_diff1, EXPORT_diff1
Deterministic variables: const
Sample size: 45
Log Likelihood: -285.167
Roots of the characteristic polynomial:
0.3531 0.3531 0.2195
Call:
VAR(y = dados, p = 1, type = "const")
```

**Fonte:** Elaboração Própria

---

<sup>1</sup> As variáveis foram transformadas em primeiras diferenças e denominadas da seguinte forma: o PIB em logaritmos corresponde a LPIB\_diff; o stock da dívida pública externa é representado por STOCK\_diff1; e as exportações por EXPORT\_diff1.

Importa ainda salientar que o produto Interno Bruto (PIB) foi transformado em Logaritmos e posteriormente diferenciado, procedimento de diferenciação igualmente aplicado as variáveis Stock da dívida pública externa e exportações, de forma a assegurar a estabilidade das séries, que se revelaram integradas de ordem um (1).

#### 4.3.1 Resultados da equação do VAR para variação do PIB em logaritmos LPIB\_diff

A variável LPIB\_diff, enquanto variável dependente, é explicada pelas suas próprias defasagens, pelas desfasagens das demais variáveis incluídas no modelo e por uma constante. A equação estimada pode ser representada da seguinte forma:

$$\text{LPIB\_diff}(t) = \alpha + \beta_1 \text{LPIB\_diff}(t-1) + \beta_2 \text{STOCK\_diff1}(t-1) + \beta_3 \text{EXPORT\_diff1}(t-1) + \varepsilon(t)$$

(1).

Os coeficientes estimados das defasagens do PIB ( $\text{LPIB\_diff}.11$ ) = -0.1647 com p-valor 0.334, não é estatisticamente significativo, ou seja, o PIB passado não tem efeito positivo sobre o PIB atual. O mesmo se verifica para defasagens de stock da dívida pública externa ( $\text{STOCK\_diff1}.11$ ), que também não apresentam efeitos estatisticamente relevantes sobre PIB neste modelo por ter o coeficiente muito baixo.

Por um lado, as exportações ( $\text{EXPORT\_diff1}.11$  = 0.005946 de coeficiente estimado e p-valor de 0.0549, são marginalmente significativos ao nível de 10%, isto implica que as exportações têm efeito positivo sobre PIB, aumentos das exportações anteriores tendem a impulsionar o crescimento do PIB. Este é o resultado esperado numa economia dependente das exportações de bens agrícolas como o caju.

Coeficiente estimado de constante (0.02459; p-valor = 0.0405), estatisticamente significativa ao nível de 5%, isto mostra que o PIB diferenciado tem tendências de crescimento independentemente das variáveis explicativas. A tabela em baixo apresenta os resultados detalhados da estimação da equação do PIB:

**Tabela 4.3:** Resultados de estimação da equação do LPIB\_diff

```
Estimation results for equation LPIB_diff:
=====
LPIB_diff = LPIB_diff.11 + STOCK_diff1.11 + EXPORT_diff1.11 + const

            Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)

LPIB_diff.11    -1.647e-01  1.685e-01  -0.977  0.3342
STOCK_diff1.11   5.679e-05  3.045e-04   0.187  0.8530
EXPORT_diff1.11  5.946e-03  3.009e-03   1.976  0.0549 *
const          2.459e-02  1.162e-02   2.116  0.0405 *
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.07206 on 41 degrees of freedom
Multiple R-Squared:  0.1188,    Adjusted R-squared:  0.05427
F-statistic: 1.842 on 3 and 41 DF,  p-value: 0.1547
```

**Fonte:** Elaboração Própria

#### 4.3.2 Resultados da equação do VAR para variação de estoque da dívida pública externa (STOCK\_diff1.l1)

Para analisar o coeficiente da equação da dívida pública externa apresenta-se a equação:

$$\text{STOCK\_diff1}(t) = \alpha + \beta_1 \text{LPIB\_diff}(t-1) + \beta_2 \text{STOCK\_diff1}(t-1) + \beta_3 \text{EXPORT\_diff1}(t-1) + \epsilon(t) \quad (2)$$

Nesta equação o coeficiente estimado do PIB (LPIB\_diff.l1 = 178.1971; p-valor= 0.0687), em termo de significância, é marginalmente significativo ao nível de 10%, o que explica o efeito positivo de crescimento do PIB no período anterior influência a variação de stock da dívida pública externa no período atual. Não obstante, o modelo explica pouco a variabilidade de stock, o que resulta de efeitos não significativos entre stock, exportações e constante sobre defasagem do stock no período atual, conforme evidencia a tabela.

**Tabela 4.4:** Estimação de resultado da equação STOCK\_diff1.

```
Estimation results for equation STOCK_diff1:  
=====  
STOCK_diff1 = LPIB_diff.l1 + STOCK_diff1.l1 + EXPORT_diff1.l1 + const  
  
            Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)  
LPIB_diff.l1    178.1971   95.3234   1.869   0.0687 .  
STOCK_diff1.l1    0.2007    0.1722   1.165   0.2506  
EXPORT_diff1.l1   -1.6648   1.7022  -0.978   0.3338  
const          -2.7596    6.5753  -0.420   0.6769  
---  
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
```

**Fonte:** Elaboração Própria

#### 4.3.3 Resultados da equação do VAR para variação das exportações

Por fim analise-se a estrutura da equação exportações:

$$\text{diff1}(t) = \alpha + \beta_1 \text{LPIB\_diff}(t-1) + \beta_2 \text{STOCK\_diff1}(t-1) + \beta_3 \text{EXPORT\_diff1}(t-1) + \epsilon(t). \quad (3)$$

Os resultados da estimação desta equação, mostra o coeficiente de PIB é negativo (-16.4629) e o seu p-valor = 0.0055, isto mostra que o crescimento do PIB tem efeito negativo sobre as exportações e marginalmente significativo, fator que pode originar a diminuição das exportações. Enquanto variáveis stock de dívida, exportações e constante, não possuem efeitos significativos, muito embora, o constante é positivo, mas não afeta significativamente, como segue a tabela.

**Tabela 4.5:** Estimação de resultado da equação das exportações.

```
Estimation results for equation EXPORT_diff1:
=====
EXPORT_diff1 = LPIB_diff.11 + STOCK_diff1.11 + EXPORT_diff1.11 + const

            Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)    
LPIB_diff.11 -16.462886  8.357543 -1.970  0.0556 .
STOCK_diff1.11 -0.002086  0.015101 -0.138  0.8908
EXPORT_diff1.11 -0.180706  0.149238 -1.211  0.2329
const          0.891604  0.576493  1.547  0.1296
---
Signif. codes:  0 ‘***’ 0.001 ‘**’ 0.01 ‘*’ 0.05 ‘.’ 0.1 ‘ ’ 1
```

**Fonte:** Elaboração Própria

#### 4.4 Matriz de Correlação de Resíduos

A análise da Matriz de correlação dos resíduos tem como objetivo identificar se os choques não explicados pelo modelo (resíduos) apresentam algum grau de associação contemporânea entre as variáveis endógenas. Os coeficientes de correlação variam de -1 e +1, onde +1 indica correlação perfeitamente positiva, 0 indica ausência de correlação, e -1 representa correlação perfeitamente negativa (Gujarati e Porter, 2009). Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2009). *Econometria básica*. Colina McGraw.

Os resultados evidenciam que a correlação entre os resíduos do PIB e do stock da dívida Pública externa (STOCK) é moderadamente negativa (-0,48). Isto sugere que choques positivos no crescimento do PIB tendem a estar associados a choques negativos no estoque da dívida pública, e vice-versa. Em termos económicos, tal evidencia pode ser interpretada como um reflexo da melhor arrecadação fiscal durante o período de expansão económica, o que reduz a necessidade de endividamento público. Por outro lado, em período de desaceleração do PIB, a redução das receitas governamentais pode aumentar a emissão de dívida, resultando na correlação negativa observada.

A correlação entre os resíduos do PIB e das exportações ( -0,007) apresenta valor próximo de zero, indicando a ausência de relação contemporânea significativa entre os cheques destas variáveis. Em outras palavras, os movimentos não explicados do PIB e das exportações não ocorrem simultaneamente, isto mostra que as interações entre essas variáveis ocorrem com defasagem temporal, e não no mesmo período.

Por sua vez, a correlação entre os resíduos do stock da dívida e as exportações (-0,19) é fraca e negativa, o que indica uma relação inversa de baixa intensidade entre choques contemporâneos nessas variáveis. O resultado mostra os movimentos não explicados pela dívida pública e pelas exportações são em grande parte independentes, havendo apenas uma

leve tendência de variação em sentidos opostos. A tabela a seguir apresenta mais detalhes sobre os resultados.

**Tabela 4.6:** Matriz de Correlação de Resíduos

	LPIB_diff	STOCK_diff1	EXPORT_diff1
LPIB_diff	1.000000000	-0.4838818	-0.007649829
STOCK_diff1	-0.483881783	1.0000000	-0.186405327
EXPORT_diff1	-0.007649829	-0.1864053	1.000000000

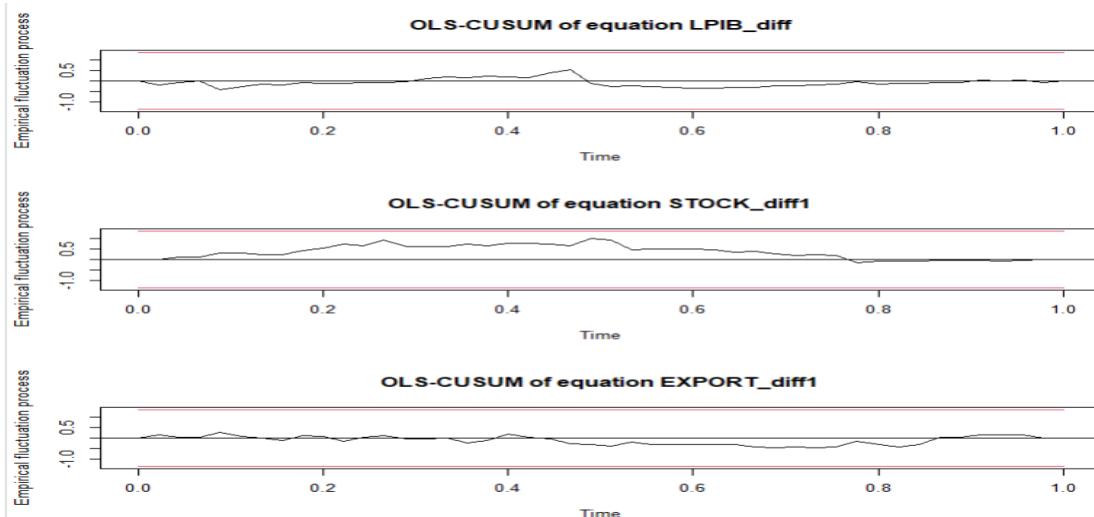
**Fonte:** Elaboração Própria

#### 4.5 Diagnóstico do Modelo

##### Teste de OLS- CUSUM (Cumulative Sum Of Recursive Residuals)

Para verificar a estabilidade dos coeficientes entre as três variáveis — *LPIB\_diff*, *STOCK\_diff1* e *EXPORT\_diff1* — recorreu-se ao teste OLS-CUSUM, que representa os resíduos recursivos acumulados ao longo do tempo, considerando um nível de significância de 5%. Observando os gráficos, é evidente que todas as variáveis apresentam as suas linhas CUSUM dentro dos limites de confiança. Assim, conclui-se que as equações são estáveis no modelo em que as séries estão inseridas

**Gráfico 4.1:** Teste resíduos recursivos acumulados ao longo do tempo (OLS- CUSUM)



**Fonte:** Elaboração Própria

#### 4.5.1 Teste Portmanteau (autocorrelação)

**Quadro 4.3:** Teste de autocorrelação

```
Portmanteau Test (asymptotic)
data: Residuals of VAR object modelovar
Chi-squared = 132.77, df = 135, p-value = 0.5382
```

**Fonte:** Elaboração Própria

Realiza-se este teste para analisar a existência de autocorrelação nos resíduos do modelo VAR, de forma a verificar se a dinâmica temporal dos dados foi devidamente captada pelo modelo. O resultado obtido apresenta um valor do qui-quadrado (Chi-squared) de 132.77, com 135 graus de liberdade (df) e um p-valor de 0.5382. Este resultado indica que não existe autocorrelação nos resíduos, pelo que não se rejeita a hipótese nula de ausência de autocorrelação, concluindo-se que os resíduos se comportam como ruído branco.

#### 4.5.2 Teste Jarque Bera (JB)

**Quadro 4.4:** Teste JB

```
$JB
JB-Test (multivariate)
data: Residuals of VAR object modelovar
Chi-squared = 205.14, df = 6, p-value < 2.2e-16

$Skewness
Skewness only (multivariate)
data: Residuals of VAR object modelovar
Chi-squared = 56.127, df = 3, p-value = 3.948e-12

$Kurtosis
Kurtosis only (multivariate)
data: Residuals of VAR object modelovar
Chi-squared = 149.01, df = 3, p-value < 2.2e-16
```

**Fonte:** Elaboração Própria

Teste JB é um teste que avalia a normalidade do modelo VAR (Multivariado) dividido em três (3) partes:

JB-Test que é o geral, que engloba assimetria (Skewness) e curtose (kurtosis); Skewness only, que analisa apenas a simetria dos resíduos; e Kurtosis only que analisa o alongamento da distribuição normal. Portanto conforme se vê no teste, JB-Test (geral) apresenta Qui-quadrado 205.14 com grau de liberdade (df) 6 e p-valor < 0,001. Skewness only apresenta o Qui-quadrado 56.127 com df 3 e p-valor < 0.001 e por fim, Kurtosis only valor do Qui-quadrado 149.0, grau de liberdade (df) 3 e P-valor < 0.00. Contudo todos os testes apresentam p-valores

muito baixos que 0.05. Sendo assim, rejeita-se a hipótese nula em todos os testes. Portanto deve-se concluir que os resíduos não são normalmente distribuídos.

O facto de termos uma amostra superior a 45 observações permite confiar no teorema do limite central, que garante que o rácio t converge para uma distribuição normal. Desta forma ultrapassamos, ainda que não na totalidade, o problema da não normalidade dos erros. Também foi usado o método Bootstrap nas funções de impulso resposta, o que permite lidar com a não normalidade dos erros.

#### 4.5.3 Teste ARCH (heterocedasticidade)

**Quadro 4.5:** Teste de Heterocedasticidade

```
ARCH (multivariate)
data: Residuals of VAR object modelovar
Chi-squared = 178.12, df = 180, p-value = 0.5256
```

**Fonte:** Elaboração Própria

O teste ARCH multivariado, avalia a presença de efeitos ARCH, os quais indicam heterocedasticidade condicional, em contraposição à ausência desses efeitos, que caracteriza homocedasticidade, isto é, variância constante dos resíduos ao longo do tempo. Os resultados do teste indicam um valor do teste estatístico qui-quadrado de 178,12, com 180 graus de liberdade e um p-valor de 0,5256. Como o p-valor é superior ao nível de significância de 5%, não se rejeita a hipótese nula de ausência de efeitos ARCH.

Considera-se que não há evidências de heterocedasticidade condicional nos resíduos do modelo VAR, sugerindo que estes apresentam variância constante (homocedasticidade). Tal resultado indica que o modelo está adequadamente especificado em termos de estabilidade da variância e não apresenta problemas de volatilidade condicional

### 4.6 Teste de Causalidade de Granger

#### 4.6.1 Causalidade de Granger do PIB

#### 4.6.2 Teste de Causalidade de Granger

No que se refere à análise de causalidade de Granger (resultados no Anexo C), foram consideradas as seguintes variáveis:

PIB representado por *LPIB\_diff*, STOCK representando o *stock da dívida pública externa (STOCK\_diff)* e EXPORT representando as *exportações (EXPORT\_diff)*. No teste de causalidade de Granger (temporal), os resultados indicam um valor de F= 3.1638 com p-valor

= 0.04572. Como o p-valor é inferior ao nível de significância de 5%, rejeita-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de que  $LPIB\_diff$  não causa Granger  $STOCK\_diffI$  e  $EXPORT\_diffI$ .

Dessa forma, conclui-se que as variações passadas do PIB contribuem para prever as variações futuras do estoque da dívida pública externa e das exportações. Isso sugere a existência de causalidade unidirecional de Granger no sentido  $PIB \rightarrow Estoqe\ da\ Dívida/Exportações$ .

#### **4.6.3 Teste de Causalidade Instantânea (contemporânea)**

Por outro lado, o teste de causalidade instantânea apresentou um valor de Qui-quadrado de 7.7717 e com p-valor de 0.02053. Dado que o p-valor também é inferior a 0.05, rejeita-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de ausência de causalidade contemporânea. Esse resultado indica que há causalidade instantânea entre o PIB, o estoque da dívida pública externa e as exportações, evidenciando que essas variáveis se movem conjuntamente no mesmo período, possivelmente em resposta a choques macroeconómicos comuns.

#### **4.6.4 Causalidade de Granger da Dívida Pública Externa (STOCK)**

##### **4.6.5 Teste de Causalidade de Granger**

No teste de causalidade de Granger (temporal), avaliou-se se a variação do stock da dívida pública externa ( $STOCK\_diffI$ ) não causa o Produto Interno Bruto ( $LPIB\_diff$ ) e as exportações ( $EXPORT\_diffI$ ). Os resultados apresentaram  $F = 0.0266$  e  $p\text{-valor} = 0.9738$ . Como o p-valor é superior ao nível de significância de 5% ( $0.97 > 0.05$ ), não se rejeita a hipótese nula ( $H_0$ ). Isso indica que as variações passadas do stock da dívida pública externa não exercem influência significativa sobre o PIB nem sobre as exportações, caracterizando ausência de causalidade de Granger no sentido  $Dívida \rightarrow PIB/Exportações$ .

##### **4.6.6 Teste de Causalidade Instantânea (contemporânea)**

No teste de causalidade instantânea (contemporânea), os resultados mostraram Qui-quadrado = 8.4247 e p-valor = 0.01481. Como o p-valor é inferior ao nível de significância de 5%, rejeita-se a hipótese nula ( $H_0$ ). Dessa forma, conclui-se que existe causalidade instantânea entre o estoque da dívida pública externa com PIB e as exportações, o que mostra que essas variáveis se movem em sentidos opostos no mesmo período (note-se que a correlação dos resíduos é negativa – Tabela 5.6).

##### **4.6.7 Causalidade de Granger das Exportações**

#### **4.6.8 Teste de Causalidade de Granger**

Os resultados do teste de causalidade de Granger indicam que a variável EXPORT\_diff1 não causa Granger LPIB\_diff nem STOCK\_diff1 (ver Anexo C). O valor do teste F é 1.9579, com um p-valor de 0.1455. Dado que o p-valor é superior ao nível de significância de 5%, não se rejeita a hipótese nula de ausência de causalidade de Granger. Assim, conclui-se que as variações passadas das exportações não contribuem significativamente para prever o comportamento do PIB ou do stock da dívida externa.

#### **4.6.9 Teste de Causalidade Instantânea (contemporânea)**

No teste de causalidade contemporânea, o valor do qui-quadrado é 1.6256, com um p-valor de 0.4436. Como o p-valor também é superior a 0.05, não se rejeita a hipótese nula ( $H_0$ ) de ausência de causalidade instantânea (ver Anexo C). Este resultado sugere que as variações nas exportações não estão contemporaneamente associadas a alterações no PIB ou no stock da dívida pública externa no mesmo período.

A ausência de causalidade de Granger e de causalidade instantânea implica que, no período analisado, as exportações não constituem um determinante estatisticamente significativo do crescimento económico nem da variação da dívida externa. Em termos económicos, isto pode indicar que o impacto das exportações sobre o PIB ocorre com defasagens mais longas do que as consideradas no modelo, ou que outros factores — como investimento interno, consumo privado ou políticas fiscais — exercem um papel mais relevante no curto prazo. Assim, a relação entre exportações e crescimento económico parece ser fraca ou não contemporânea no contexto temporal da amostra analisada.

### **4.7 Impulso a Resposta**

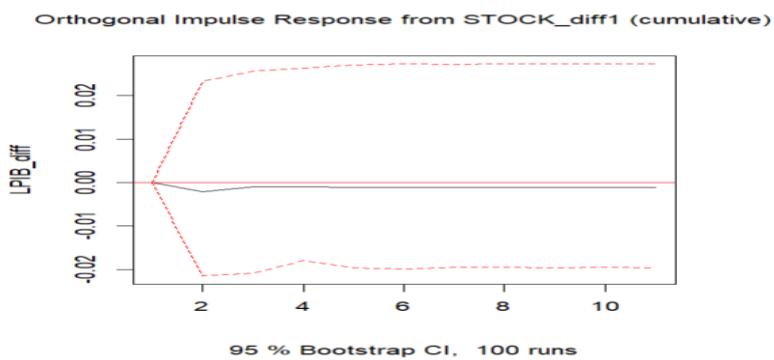
#### **4.7.1 Função de Impulso-Resposta PIB a Choques na Dívida Pública Externa (Stock)**

A análise da função de resposta acumulada ao impulso ortogonal proveniente de *STOCK\_diff1* sobre *LPIB\_diff* mostra que um choque positivo na variável *STOCK\_diff1* gera um ligeiro efeito negativo sobre o crescimento do PIB no período inicial, o qual rapidamente se dissipar e converge para zero a partir do segundo período. Observa-se ainda que a resposta estimada permanece integralmente dentro do intervalo de confiança a 95%, obtido por método de bootstrap com 100 repetições, o que indica que o impacto não é estatisticamente significativo em nenhum dos períodos analisados.

Do ponto de vista económico, os resultados sugerem que as variações inesperadas na dívida pública externa (*STOCK\_diff1*) não exercem uma influência relevante ou persistente sobre a

dinâmica do PIB. O pequeno efeito inicial negativo poderá refletir uma reação de curto prazo do produto a choques associados à dívida, possivelmente relacionados com ajustes ou alívios temporários do endividamento; contudo, tal efeito não se mantém ao longo do tempo. Assim, conclui-se que, no contexto deste modelo, não existe evidência estatística de uma relação causal dinâmica entre STOCK\_diff1 e o crescimento económico, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

**Gráfico 4.2:** O impulso à resposta de STOCK sobre PIB

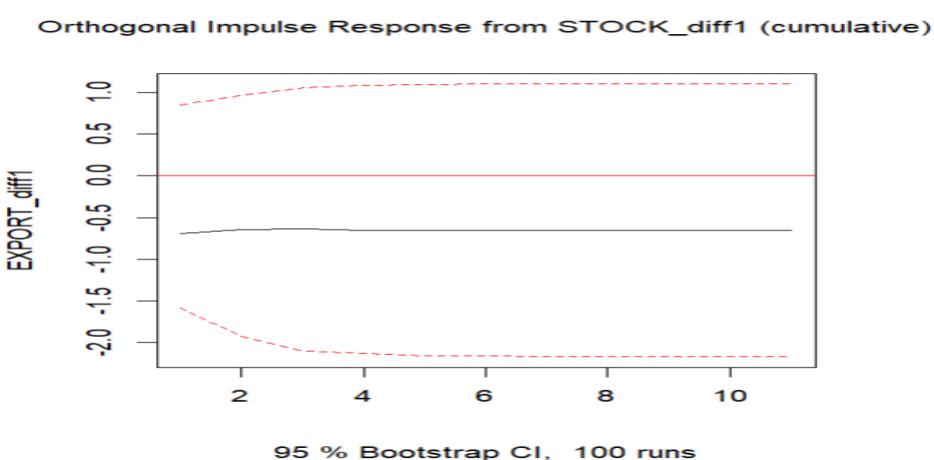


**Fonte:** Elaboração Própria

#### 4.7.2 Função de Impulso-Resposta das Exportações a Choques na Dívida Pública Externa (Stock)

Realizou-se um teste de resposta ao impulso ortogonal para avaliar o impacto de um choque na variável *stock da dívida pública externa* sobre as *exportações*. Conforme evidenciado no gráfico, um aumento no stock da dívida pública externa gera uma redução cumulativa nas exportações. O efeito estimado é estatisticamente significativo ao nível de 95%, indicando que o impacto negativo ocorre de forma rápida e se mantém persistentemente ao longo do horizonte analisado.

**Gráfico 4.3:** Efeito de Choques na Dívida Pública Externa sobre as Exportações



**Fonte:** Elaboração Própria

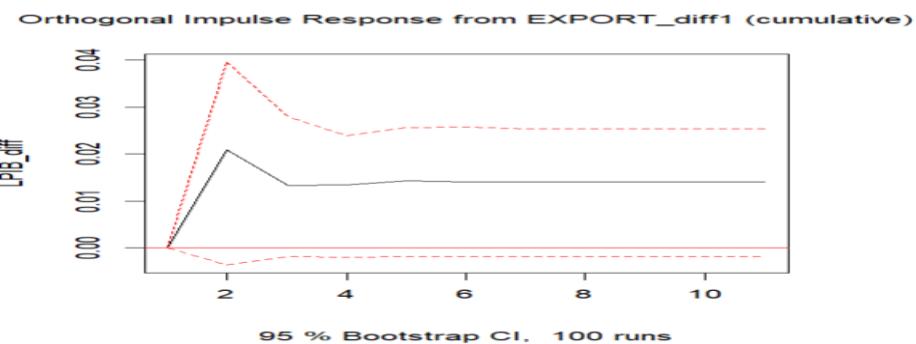
#### 4.7.3 Função de Impulso-Resposta do PIB a Choques nas Exportações

Dando seguimento à análise empírica, procede-se à avaliação da função de impulso-resposta da variável PIB (LPIB\_diff) perante um choque exógeno na variável exportações (EXPORT\_diff1).

O gráfico revela que um aumento nas exportações gera um impacto positivo e quase estatisticamente significativo sobre o PIB, atingindo o seu pico 2% entre o primeiro e o segundo período, o que comprova um efeito relevante no curto prazo. Após o pico inicial, observa-se que o efeito positivo entre 1% a 1,5% se mantém ao longo do tempo, embora com ligeira atenuação nos períodos subsequentes.

Estes resultados sugerem a existência de uma relação causal positiva entre o crescimento das exportações e o crescimento económico, corroborando a hipótese de que o setor exportador desempenha um papel relevante na dinâmica do PIB. O gráfico abaixo ilustra de forma detalhada a evolução temporal desta resposta ao impulso.

**Gráfico 4.4:** Efeito de Choques das Exportações sobre o PIB



**Fonte:** Elaboração Própria

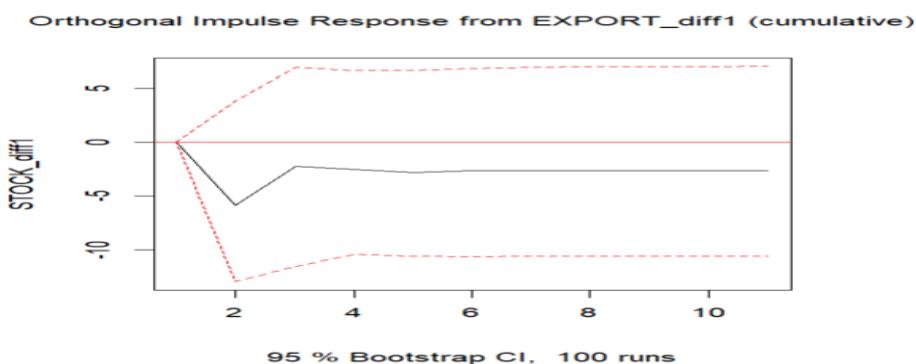
#### 4.7.4 Função de Impulso-Resposta nas Exportações a um Choque no Estoque da Dívida Pública Externa (Stock)

O efeito de um choque positivo na dívida pública externa sobre as exportações revela um impacto negativo, inverso ao observado entre as exportações e o PIB. De facto, verifica-se que um aumento nas exportações tende a reduzir o stock da dívida pública externa no curto prazo, ainda que com uma diminuição gradual do efeito ao longo do horizonte temporal.

Este resultado sugere que o crescimento das exportações contribui para o reforço das receitas em moeda estrangeira e para a melhoria da balança comercial e da balança de pagamentos, reduzindo, consequentemente, a necessidade de recorrer ao endividamento

externo por parte do sector público. Assim, os resultados empíricos apresentados no gráfico abaixo corroboram a hipótese de que um desempenho externo favorável contribui para reduzir a dependência de financiamento externo, refletindo uma relação inversa entre as exportações e o endividamento público externo.

**Gráfico 4.5:** Efeito de Choques nas Exportações sobre a Dívida Pública Externa (Stock)



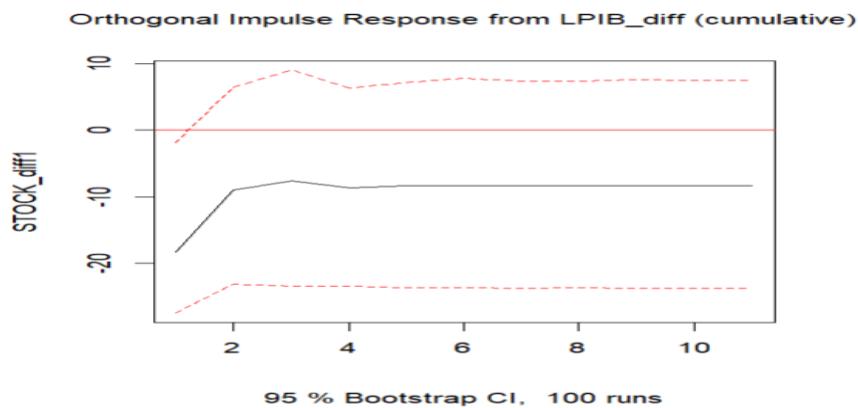
**Fonte:** Elabora Própria

#### 4.7.5 Função de Impulso-Resposta da Dívida Pública Externa (STOCK) a choques no PIB

Ao analisar o impacto do estoque da dívida pública externa sobre o crescimento econômico, observa-se que um choque positivo no PIB está associado a uma redução significativa no estoque da dívida pública externa, aproximadamente –20 pp no primeiro período. A partir do segundo período, a magnitude dessa redução diminui, porém permanece negativa ao longo de todo o horizonte temporal, indicando que o efeito do crescimento econômico sobre a dívida externa é persistente e estatisticamente significativo no primeiro ano.

O gráfico apresenta a função de resposta ao impulso ortogonal acumulada, evidenciando o efeito dinâmico de um choque no crescimento do PIB (LPIB\_diff) sobre o estoque da dívida pública externa (STOCK\_diff1), considerando intervalos de confiança de 95% obtidos via bootstrap.

**Gráfico 4.6:** Efeito de Choques do PIB sobre a Dívida Pública Externa (Stock)

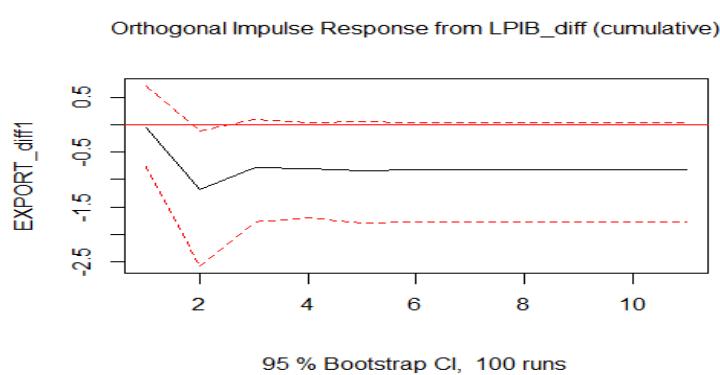


**Fonte:** Elaboração Própria

#### 4.7.6 Função de Impulso-Resposta do PIB a Choques nas Exportações

Ao analisar o gráfico, observa-se que um choque positivo no PIB nos dois períodos iniciais está associado a uma redução nas exportações, com uma resposta negativa entre -1,5 e -2 pp. Nos períodos subsequentes apesar de uma reversão temporária da resposta., o efeito permanece negativo. Este efeito pode resultar de um aumento do PIB, ao traduzir uma economia mais forte, conduzir a uma apreciação da taxa de câmbio.

**Gráfico 4.7:** Efeito de Choques do PIB sobre as Exportações



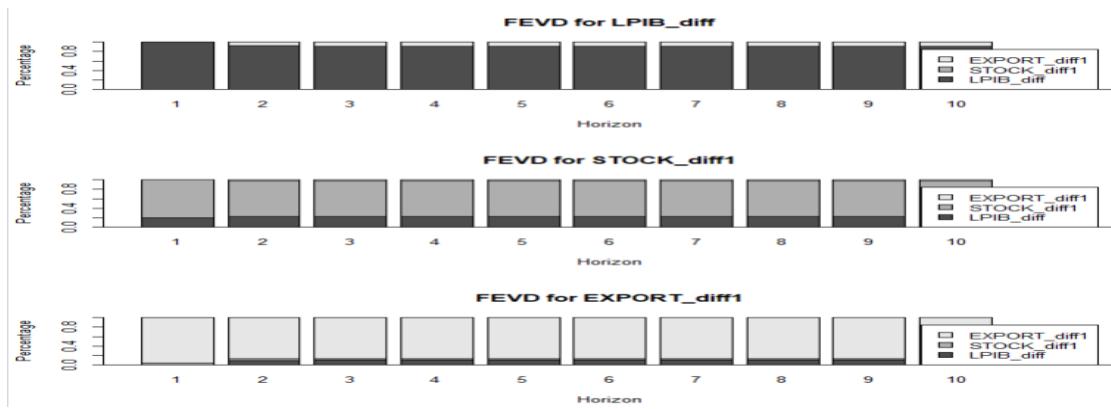
**Fonte:** Elaboração Própria

#### 4.8 Decomposição da Variância do Erro de Previsão (FEVD – Forecast Error Variance Decomposition)

Ao analisar o gráfico, observa-se que a variável PIB é fortemente explicada por choques em si mesma, indicando que há pouca contribuição das variáveis dívida externa e exportações para a sua variância.

Por outro lado, a variância da dívida externa é explicada predominantemente por choques na própria variável, embora se verifique influência do PIB e, em menor grau, das exportações. No caso das exportações, as variações são explicadas quase inteiramente por choques na própria série, o que evidencia baixa contribuição tanto do PIB quanto da dívida pública externa para a dinâmica dessa variável.

**Gráfico 4.8:** Decomposição da Variância do Erro de Previsão



**Fonte:** Elaboração Própria

## **5 Capítulo V: DISCUSSÕES E COMPARAÇÃO DE RESULTADOS**

### **5.1 Discussões de Resultados**

A Guiné-Bissau tem enfrentado constrangimentos de natureza política que afetam de forma persistente o desempenho macroeconómico, a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável. A instabilidade política constitui uma variável institucional crítica que condiciona o ambiente económico, reduzindo a eficácia das políticas públicas e a eficiência alocativa dos recursos.

Embora tenham sido implementadas diversas medidas e estratégias governamentais com o objetivo de promover o crescimento económico, observa-se que a utilização das receitas provenientes de empréstimos externos tem sido ineficiente e frequentemente desviada dos fins produtivos originalmente previstos. Esta má afetação de recursos compromete o investimento em setores-chave, limitando a acumulação de capital físico e humano, e, consequentemente, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

A sucessão frequente de governos e a ausência de continuidade política configuram um ambiente de instabilidade que se traduz em choques institucionais adversos ao crescimento económico. De facto, nenhum governo democraticamente eleito conseguiu concluir integralmente o seu mandato desde a independência, o que enfraquece a credibilidade das instituições e gera incerteza entre os agentes económicos. Este cenário tem fomentado práticas de corrupção e ineficiência administrativa, resultando num efeito negativo sobre o investimento privado, a produtividade total dos fatores (PTF) e o desempenho macroeconómico agregado.

Em termos econométricos, a instabilidade política pode ser interpretada como uma variável explicativa que introduz volatilidade no crescimento económico, tanto através de canais diretos — como a interrupção de políticas económicas — quanto indiretos, via redução da confiança dos investidores e aumento do risco-país. Assim, a persistência de instabilidade institucional constitui um dos principais determinantes da trajetória limitada de crescimento económico observada na Guiné-Bissau nas últimas décadas.

A análise da evolução das principais variáveis macroeconómicas evidencia que a Guiné-Bissau apresenta uma forte dependência da dívida externa. Apesar de a integração na União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) ter contribuído para a estabilização cambial e dos preços, o país, sendo uma economia de baixo rendimento, continua a recorrer ao endividamento externo como mecanismo de financiamento do défice orçamental. Consequentemente, o rácio da dívida externa em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) mantém-se persistentemente elevado.

A insuficiência de investimento público produtivo constitui um entrave ao crescimento económico sustentável, à criação de emprego e à diversificação da base produtiva. A economia guineense revela uma elevada concentração setorial, dependente quase exclusivamente da monocultura do caju, que representa o principal produto de exportação do país. Tal estrutura produtiva limita a resiliência económica e aumenta a vulnerabilidade a choques externos, designadamente às flutuações dos preços internacionais das matérias-primas.

## **5.2 Comparação de Resultados**

Todavia, os resultados empíricos obtidos nos testes realizados durante o período em análise permitem inferir que estão em consonância com as evidências apresentadas por alguns autores referenciados na revisão da literatura. A análise de causalidade de Granger da dívida pública externa para o crescimento económico (PIB) demonstrou que esta não existe.

Este resultado indica que o estoque da dívida pública externa não exerce influência estatisticamente significativa sobre o PIB nem sobre as exportações, isto mostra a ausência de causalidade de Granger no sentido Dívida e PIB/Exportações. Com este resultado pode concordar com Reinhart, Reinhart e Rogoff (2012). Assim sendo, a correlação negativa da dívida pública com o crescimento, não implica necessariamente que a dívida reduz o crescimento, ou seja, poderá não estar associado a um mecanismo de causalidade, mas sim de associação. No entanto, parece existir uma causalidade contemporânea da dívida pública externa para o PIB e as exportações.

No que diz respeito à correlação, os resultados indicam que a relação entre os resíduos do PIB e do stock da dívida pública externa (STOCK) é moderadamente negativa. Tal resultado está em consonância com estudos de autores como Rais e Anwar (2012), Blake (2015), Mousa e Shawawreh (2017) e Lee e Ng (2015).

Os resultados do choque exógeno no stock da dívida pública externa sobre o PIB revelam a existência de um efeito negativo no curto prazo, conforme evidenciado pela função de resposta ao impulso. Embora o impacto inicial seja muito pequeno, esse resultado mantém coerência com as conclusões de Vamaïn (2022), segundo as quais a dívida pública apresenta um efeito adverso sobre o crescimento económico da Guiné-Bissau. De forma semelhante, Aigheyisi e Ogberbor (2019) consideraram que, no curto prazo, tanto a dívida externa quanto o investimento direto estrangeiro (IDE) na Nigéria apresentaram efeitos negativos e estatisticamente significativos sobre o crescimento económico, o que demonstra o impacto adverso dessas variáveis no desempenho económico do país.

O efeito da dívida pública nas exportações é igualmente adverso, sendo o seu impacto de maior significado. Este efeito pode resultar de impactos sobre a taxa de câmbio ou num redirecionar da oferta de produtos para o mercado interno, reduzindo a capacidade exportadora. Assim, existem duas evidências relativamente fortes de que a dívida pública pode prejudicar a economia: (1) tem uma causalidade contemporânea com o PIB e exportações, (2) a FIR aponta para uma queda não negligenciável das exportações após choques na dívida pública. Isto, vai de acordo com Panizza e Presbitero (2013).

Apesar da dívida pública não causar o PIB à Granger, observa-se que este causa a dívida pública e as exportações. A mesma causalidade existe em termos contemporâneos. A FIR demonstra igualmente, que o PIB reduz o stock de dívida. Isto como vimos acima, resulta de haver mais receitas fiscais, menos despesas públicas, e o denominador do rácio Dívida /PIB aumentar.

## **6 Capítulo VI: CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES**

### **6.1 Considerações Finais**

Em síntese, a globalização revela-se um fator determinante para o desenvolvimento dos países, ao proporcionar o acesso e a partilha de recursos entre nações com diferentes níveis de disponibilidade e capacidade produtiva. No entanto, essa interdependência global também evidencia as fragilidades das economias menos desenvolvidas, como a da Guiné-Bissau, que enfrenta limitações significativas em termos de recursos financeiros e estruturais. A dependência de ajuda e financiamento externos, embora necessária para impulsionar o crescimento e sustentar investimentos públicos, acarreta igualmente o risco do aumento da dívida pública externa. Assim, torna-se essencial que o país adote estratégias sustentáveis de integração na economia global, de modo a reduzir a vulnerabilidade financeira e fortalecer a sua autonomia no cenário internacional.

A análise da evolução da variável relativa à dívida pública evidencia a forte dependência da Guiné-Bissau em relação à ajuda externa. Apesar de a integração monetária ter contribuído para a estabilidade cambial, o país, classificado como de baixo rendimento, continua a recorrer ao endividamento externo e interno para financiar o défice orçamental. Verifica-se, contudo, uma insuficiência significativa de investimentos produtivos capazes de impulsionar o emprego e o crescimento econômico. Além disso, observa-se uma reduzida diversificação da estrutura

produtiva, fortemente concentrada na monocultura do caju, principal produto de exportação nacional. Essa dependência setorial limita o potencial de crescimento e acentua a vulnerabilidade macroeconómica, tornando o país mais exposto a choques externos e à volatilidade dos preços no mercado internacional.

Nesse contexto, observa-se que o aumento da dívida pública na Guiné-Bissau tem repercussões negativas sobre o Produto Interno Bruto (PIB) e as exportações, comprometendo o crescimento económico e a sustentabilidade fiscal do país. As elevadas taxas de juros e as obrigações financeiras refletem a percepção de risco associada à instabilidade política e económica nacional. Além disso, a gestão ineficiente da dívida pública, decorrente da escassez de investimentos produtivos e da inadequada distribuição de recursos em setores estratégicos, limita a capacidade do Estado de gerar retornos que sustentem o desenvolvimento. Essa conjuntura desperta preocupações entre os principais parceiros e credores internacionais, que veem na instabilidade fiscal um entrave ao fortalecimento da economia guineense.

Dessa forma, os parceiros internacionais da Guiné-Bissau, em especial o Fundo Monetário Internacional (FMI), têm enfatizado de forma constante a necessidade de maior transparência na gestão dos recursos públicos. Contudo, tal exigência nem sempre é plenamente atendida, tendo em vista os persistentes níveis de corrupção que caracterizam o setor público do país. Essa realidade compromete a eficiência das políticas económicas e constitui um dos principais obstáculos ao crescimento sustentável e ao desenvolvimento económico da Guiné-Bissau.

Os resultados obtidos permitem concluir que o impacto negativo da dívida pública externa sobre o produto interno bruto (PIB) da Guiné-Bissau decorre, em grande medida, do reduzido dinamismo do crescimento económico nacional, condicionado por um contexto de instabilidade política e institucional crónica. Tal instabilidade tem comprometido a capacidade do Estado em conceber e implementar políticas macroeconómicas consistentes e estratégias eficazes de atração de investimento estrangeiro direto, bem como em assegurar a afetação eficiente dos recursos provenientes dos empréstimos externos. Consequentemente, os fundos captados no exterior não têm sido plenamente direcionados para setores produtivos que possam impulsionar o crescimento económico sustentável.

Neste estudo, a análise limita-se a três variáveis, o que constitui uma restrição que pode influenciar os resultados obtidos. Verificou-se a indisponibilidade de dados referentes para além do período de 1975 a 2021, o que afetou a escolha dos *lags* ótimos. Além disso, a variável investimento, considerada relevante para a análise, não pôde ser incluída, uma vez que o Ministério das Finanças e o Instituto Nacional de Estatística (INE) da Guiné-Bissau não

dispõem de dados suficientes e fiáveis para a sua utilização neste estudo. Também não existiu disponibilidade de dados para a dívida pública total, incluindo a interna e externa.

## **6.2 Recomendações**

Recomenda-se que o Governo guineense adote uma estratégia integrada de gestão da dívida pública, assegurando a aplicação eficiente dos recursos em setores produtivos capazes de promover o crescimento económico sustentável. É essencial evitar a contração de dívidas destinadas a despesas correntes, reforçando a transparência e a responsabilidade fiscal na administração da dívida. Propõe-se que o Governo adote medidas que contenham o crescimento da dívida dentro de limites razoáveis. O nosso trabalho demonstra que o crescimento económico é um importante mecanismo para reduzir a dívida.

Sugere-se, ainda, uma gestão prudente dos recursos naturais, evitando que as concessões para exploração sejam utilizadas como mecanismo de pagamento da dívida, o que tende a beneficiar credores e a fragilizar a soberania económica. Além disso, recomenda-se a promoção da capacidade produtiva nacional, por meio da importação de bens de capital e tecnologias que estimulem a industrialização e a diversificação económica.

Para futuras pesquisas, propõe-se ultrapassar uma limitação do presente estudo, através da ampliação do modelo econométrico, incorporando variáveis como a dívida pública interna, o investimento, o serviço da dívida e o investimento direto estrangeiro, de modo a aprofundar a compreensão sobre os determinantes do crescimento económico em contexto de endividamento público.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aigheyisi, O., & Ogbebor, O. (2019). Public debt, foreign direct investment and economic growth in Nigeria. *Finance & Economics Review*, 1(1), 1-24.
- Araújo, A. O., Licar, E., & Veras, V. (2016). EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO ANÁLISE DOS PROCESSOS. *Maiéutica - Estudos Contemporâneos Em Gestão Organizacional*, 4(1). Disponível em:[https://publicacao.uniassselvi.com.br/index.php/GESTAO\\_EaD/article/view/1594](https://publicacao.uniassselvi.com.br/index.php/GESTAO_EaD/article/view/1594). Acesso aos: 20/05/2024.
- Blake, T. (2015). Investigating the impact of public debt on economic growth in Jamaica. *Fiscal and Economic Programme Monitoring Department Bank of Jamaica*, 1-22.
- Cardoso, C. (1995). A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. *Lusotopie*, 2(1), 259-282.
- Cardoso, C. (2004). Formação e recomposição da elite política moderna na Guiné-Bissau: Continuidades e ruturas (1910-1999). In *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências*.
- Centro de Estudos Sociais. 2012. “Diccionário Das Crises e Das Alternativas.” *Dicionário das Crises e das Alternativas*: 116–17.
- Fernandes, S. (2017). *As lideranças na Guiné-Bissau: Avanços e Recuos* (1<sup>a</sup> ed.). Chiado Editora.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2009). *Econometria básica*. Colina McGraw-Hill.
- Jauará, M. (2004). Dilema de transição política na África lusófona: de uni para pluripartidarismo. In *A questão social no novo milénio* (p. 33).
- Kumar, M., & Woo, J. (2010). Public debt and growth. Available at SSRN 1653188.
- Lee, Siew-Peng, and Yan-Ling Ng. 2015. “Public Debt and Economic Growth in Malaysia.” *Asian Economic and Financial Review* 5(1): 119–26.
- Lochagin, G. L. (2012). *Elementos jurídicos da reestruturação internacional da dívida pública*. Editora Blucher.
- Mousa, T. A., & Shawawreh, A. M. (2017). The impact of public debt on the Economic Growth of Jordan: An empirical study (2000-2015). *Accounting and Finance Research*, 6(2), 114-114.
- Neves, V. (2012). Défice (orçamental). *Dicionário das crises e das alternativas*, 70.

Nguyen, T. Q., Clements, B. J., & Bhattacharya, R. (2003). External Debt, Public Investment, and Growth in Low-Income Countries. *IMF Working Papers*.

Oliveira, R. D. de. & Oliveira, M. D. de. (1978) Guiné-Bissau: Reiventar a Educação.

Orair, R. O. (2016). *Investimento público no Brasil: trajetória e relações com o regime fiscal* (No. 2215). Texto para Discussão.

Owusu-Nantwi, V., & Erickson, C. (2016). Public debt and economic growth in Ghana. *African Development Review*, 28(1), 116-126.

Panizza, U., & Presbitero, A. F. (2013). Public debt and economic growth in advanced economies: A survey. *Swiss Journal of Economics and Statistics*, 149, 175-20.

Pereira, P. T. (2012) Portugal: Dívida Pública e Défice Democrático.

Pereira, P. T., Santos, J. C. G., & Arcanjo, M. Afonso António (2012). “. *Economia e Finanças Públicas*”, 4<sup>a</sup> Edição-Revista e Atualizada. Escolar Editora.

Rais, S. I., & Anwar, T. (2012). Public debt and economic growth in Pakistan: A time series analysis from 1972 to 2010. *Academic research international*, 2(1), 535.

Reinhart, C. M., Reinhart, V. R., & Rogoff, K. S. (2012). Public debt overhangs: advanced-economy episodes since 1800. *Journal of Economic Perspectives*, 26(3), 69-86.

Rudebeck, L. (2001). *Colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau 1998-2000: um estudo de democratização difícil*. Nordiska Afrikainstitutet.

Saifuddin, M. D. (2016). Public debt and economic growth: Evidence from Bangladesh. *Global Journal of Management and Business Research*.

Sousa Jr., F. de. (2013). O nacionalismo africano no caminho para a democracia: a transição do poder colonial para o partido único nos Palop.

Sulaiman, L. A., & Azeez, B. A. (2012). Effect of external debt on economic growth of Nigeria. *Journal of Economics and sustainable development*, 3(8), 71-79.

Vamain, G. J. (2022). *Relação entre a Dívida Pública e o Crescimento Económico no Contexto da Instabilidade Política e Governativa na Guiné-Bissau* (Master's thesis, ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa (Portugal)).

## **ANEXOS**

### **Anexo A- Testes de Estacionariedade das Variáveis em Níveis**

PIB:

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-0.34297	-0.00787	0.01138	0.03702	0.10157

Coefficients:

Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t )
(Intercept)	0.37932	0.97750	0.388 0.700
z.lag.1	-0.01333	0.03704	-0.360 0.721
z.diff.lag	-0.17497	0.15288	-1.144 0.259

Residual standard error: 0.07444 on 42 degrees of freedom

Multiple R-squared: 0.03644, Adjusted R-squared: -0.00944

F-statistic: 0.7943 on 2 and 42 DF, p-value: 0.4586

Value of test-statistic is: -0.36 2.8432

Critical values for test statistics:

1pct	5pct	10pct	
tau2	-3.58	-2.93	-2.60
phi1	7.06	4.86	3.94

STOCK

Test regression drift

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-130.676	-10.080	-2.623	7.060	125.174

Coefficients:

Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t )
(Intercept)	13.57173	10.71876	1.266 0.212
z.lag.1	-0.07874	0.05426	-1.451 0.154
z.diff.lag	0.10786	0.15180	0.711 0.481

Residual standard error: 41.6 on 42 degrees of freedom

Multiple R-squared: 0.05312, Adjusted R-squared: 0.008025

F-statistic: 1.178 on 2 and 42 DF, p-value: 0.3179

Value of test-statistic is: -1.4511 1.0631

Critical values for test statistics:

1pct	5pct	10pct	
tau2	-3.58	-2.93	-2.60
phi1	7.06	4.86	3.94

**EXPORT**

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-6.4822	-2.8879	-0.0163	2.4637	8.8145

Coefficients:

Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t )
----------	------------	---------	----------

(Intercept) 2.28087 1.32203 1.725 0.0918 .  
 z.lag.1 -0.14499 0.09808 -1.478 0.1468  
 z.diff.lag -0.09264 0.15803 -0.586 0.5608  
 ---  
 Signif. codes: 0 ‘\*\*\*’ 0.001 ‘\*\*’ 0.01 ‘\*’ 0.05 ‘.’ 0.1 ‘ ’ 1  
 Residual standard error: 3.638 on 42 degrees of freedom  
 Multiple R-squared: 0.07799, Adjusted R-squared: 0.03408  
 F-statistic: 1.776 on 2 and 42 DF, p-value: 0.1817  
 Value of test-statistic is: -1.4783 1.5138  
 Critical values for test statistics:  
 1pct 5pct 10pct  
 tau2 -3.58 -2.93 -2.60  
 phi1 7.06 4.86 3.94

## **Anexo B- Testes de Estacionariedade das Variáveis em Primeira diferença**

PIB

Residuals:

	Min	1Q	Median	3Q	Max
	-0.31796	-0.01380	0.00754	0.03489	0.09429

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t )
(Intercept)	0.03876	0.01176	3.295	0.00203 **
z.lag.1	-1.56097	0.22231	-7.021	1.54e-08 ***
z.diff.lag	0.32867	0.14490	2.268	0.02865 *

---  
 Signif. codes: 0 ‘\*\*\*’ 0.001 ‘\*\*’ 0.01 ‘\*’ 0.05 ‘.’ 0.1 ‘ ’ 1  
 Residual standard error: 0.06976 on 41 degrees of freedom  
 Multiple R-squared: 0.6415, Adjusted R-squared: 0.624  
 F-statistic: 36.69 on 2 and 41 DF, p-value: 7.351e-10  
 Value of test-statistic is: -7.0215 24.6651

Critical values for test statistics:

1pct 5pct 10pct  
 tau2 -3.58 -2.93 -2.60  
 phi1 7.06 4.86 3.94

STOCK

Residuals:

	Min	1Q	Median	3Q	Max
	-140.24	-11.73	1.72	10.36	113.45

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t )
(Intercept)	0.8103	6.4868	0.125	0.901
z.lag.1	-0.9953	0.2119	-4.698	2.95e-05 ***
z.diff.lag	0.0756	0.1559	0.485	0.630

---

Signif. codes: 0 ‘\*\*\*’ 0.001 ‘\*\*’ 0.01 ‘\*’ 0.05 ‘.’ 0.1 ‘ ’ 1

Residual standard error: 43.01 on 41 degrees of freedom

Multiple R-squared: 0.4659, Adjusted R-squared: 0.4398

F-statistic: 17.88 on 2 and 41 DF, p-value: 2.611e-06

Value of test-statistic is: -4.6976 11.0339

Critical values for test statistics:

1pct 5pct 10pct

tau2 -3.58 -2.93 -2.60

phi1 7.06 4.86 3.94

EXPORT

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-8.6193	-1.8911	-0.0301	1.6422	8.1482

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t )
(Intercept)	0.6617	0.5181	1.277	0.20874
z.lag.1	-1.6729	0.2150	-7.781	1.33e-09 ***
z.diff.lag	0.4300	0.1417	3.035	0.00417 **

---

Signif. codes: 0 ‘\*\*\*’ 0.001 ‘\*\*’ 0.01 ‘\*’ 0.05 ‘.’ 0.1 ‘ ’ 1

Residual standard error: 3.375 on 41 degrees of freedom

Multiple R-squared: 0.6659, Adjusted R-squared: 0.6496

F-statistic: 40.86 on 2 and 41 DF, p-value: 1.735e-10

Value of test-statistic is: -7.781 30.2894

Critical values for test statistics:

1pct 5pct 10pct

tau2 -3.58 -2.93 -2.60

phi1 7.06 4.86 3.94

### Anexo C. Causalidade das Variaveis

Granger causality H0: LPIB\_diff do not Granger-cause STOCK\_diff1 EXPORT\_diff1

data: VAR object modelovar

F-Test = 3.1638, df1 = 2, df2 = 123, p-value = 0.04572

\$Instant

H0: No instantaneous causality between: LPIB\_diff and STOCK\_diff1 EXPORT\_diff1

data: VAR object modelovar

Chi-squared = 7.7717, df = 2, p-value = 0.02053

Granger causality H0: STOCK\_diff1 do not Granger-cause LPIB\_diff EXPORT\_diff1  
data: VAR object modelovar

F-Test = 0.026551, df1 = 2, df2 = 123, p-value = 0.9738

\$Instant

H0: No instantaneous causality between: STOCK\_diff1 and LPIB\_diff EXPORT\_diff1  
data: VAR object modelovar

Chi-squared = 8.4247, df = 2, p-value = 0.01481

> causality(modelovar, cause = "EXPORT\_diff1")

\$Granger

Granger causality H0: EXPORT\_diff1 do not Granger-cause LPIB\_diff STOCK\_diff1  
data: VAR object modelovar

F-Test = 1.9579, df1 = 2, df2 = 123, p-value = 0.1455

\$Instant

H0: No instantaneous causality between: EXPORT\_diff1 and LPIB\_diff STOCK\_diff1  
data: VAR object modelovar

Chi-squared = 1.6256, df = 2, p-value = 0.4436